



PREGÃO ELETRÔNICO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL  
PREGÃO Nº 04/2022  
(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), por meio da Equipe Regional de Licitações/SEPOL, sediada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 17/03/2022

Horário: 14h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## 1 DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos mediante sistema informatizado via internet, para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1 Para fins deste certame, considerar-se-á como preço do item o valor global para o gerenciamento e administração da frota de veículos da RFB da 7ª Região Fiscal abrangendo automóveis tipo passeio, pick-ups, vans, furgão e caminhão, de fabricação nacional e importados, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo o fornecimento e instalação de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, lubrificantes, alinhamento de direção, balanceamento, pneus, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho para veículos leves e pesados e outros de mesma natureza, obedecendo às especificações do Anexo I deste edital, para o período de 20 meses.



## 2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170116

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PI: OUTRCUSTEIO

## 3 DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## 4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:



4.2.1 que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Receita Federal do Brasil, com base no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666 de 1993;

4.2.2 que estejam impedidos de licitar e de contratar com a União, com base no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

4.2.3 que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, com base no art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666 de 1993;

4.2.4 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.5 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.6 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.7 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.8 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.9 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.10 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.11 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.11.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU- Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.





7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta





8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Deverá ser enviada, juntamente com a proposta, declaração assinada pelo representante legal da empresa atestando a ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, conforme modelo constante do Anexo VII do edital, consoante o disposto no inciso IV, do artigo 5º, da Portaria ME nº 1.144, de 03 de fevereiro de 2021.

8.3. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Tabela, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme Anexo IV deste Edital.

8.4. A Proposta deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.5. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Proposta não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.6.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.6.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.6.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.6.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou preço manifestamente inexequível;

8.6.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance.

8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata



8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.10.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, sendo exigido para o presente objeto a Proposta de Preços detalhada readequada ao valor final ofertado, conforme Modelo de Apresentação da Proposta de Preço, constante no Anexo IV deste Edital.

8.11. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.12. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

## 9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));



- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**9.8. Habilitação Jurídica:**

9.8.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1 **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 1 (um) ano contados da data da sua apresentação;

9.10.2 **balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de R\$ 32.832,04 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e quatro centavos), o que corresponde a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação do Item Único objeto deste Edital.

**9.11. Qualificação Técnica:**

9.11.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:



9.11.1.1.1 prestação de serviços de gerenciamento e administração de frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos, para uma frota de, no mínimo, 40 (quarenta) veículos, que corresponde a 49,38% (quarenta e nove, trinta e oito por cento) do somatório dos veículos que compõem a frota da RFB da 7ª Região Fiscal ou, facultativamente, que executou ou está executando os mesmos serviços em contratos cujo somatório de valores seja de, no mínimo, R\$ 98.496,13 (noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e treze centavos), que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da licitação para 12 meses.

9.11.1.1.2 as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacitação técnico operacional exigida e não será considerada a individualização dos diversos tipos de veículos para fins de tal comprovação.

9.11.1.1.3 a ausência de registro, no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnico operacional, de que o serviço se refere a gerenciamento e administração de frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos, bem como a quantidade de veículos ou o valor da contratação, implicará não aceitação do Atestado e, se for o caso, inabilitação da licitante.

9.11.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.1.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, quando e se solicitado pelo pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2 Apresentação da seguinte declaração, assinada pelo representante da licitante, conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital:

9.11.2.1 que disponibilizará Rede de Oficinas Credenciadas nos municípios relacionados no Apêndice I deste Termo de Referência (tabela I), a partir da data de início da prestação dos serviços (até 15 dias após a assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração).

9.11.3 Atestado de vistoria da frota de veículos da 7ª RF, assinado pelo servidor responsável da Administração.

9.11.3.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho (que conhece as condições da frota para execução do objeto), e que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a contratante, na forma do Anexo III deste Edital.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.12.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;





9.12.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

9.13.1 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, NÃO estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, em conformidade com a decisão do Tribunal de Contas da União - TCU, exarada por meio do ACÓRDÃO Nº 466/2022 - TCU - 1ª Câmara.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.





9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11 DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma



motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



## 14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

## 15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16 DO REAJUSTE**

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19 DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3 apresentar documentação falsa;

20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6 não manter a proposta;

20.1.7 cometer fraude fiscal;

20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2 **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante;

20.4.3 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SRRF7 e todas as Unidades da 7ª Região Fiscal**, pelo prazo de até dois anos, em conformidade com o inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.4 **Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

20.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.4.5 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [rf07.dipollicita@rfb.gov.br](mailto:rf07.dipollicita@rfb.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Equipe Regional de Licitações/SEPOL, sala 320, porta 12.

21.2.1 Ressalta-se que a impugnação somente poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [rf07.dipollicita@rfb.gov.br](mailto:rf07.dipollicita@rfb.gov.br), enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública causado pelo coronavírus (COVID-19), uma vez que os servidores da Equipe Regional de Licitações/SEPOL encontram-se em trabalho remoto, como medida de gestão objetivando a proteção e contenção de contágio pelo vírus.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [rf07.dipollicita@rfb.gov.br](mailto:rf07.dipollicita@rfb.gov.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 3º andar,





Centro, Rio de Janeiro, RJ, Equipe Regional de Licitações/SEPOL, sala 320, porta 12, nos dias úteis, no horário das 10:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.11.1 Ressalta-se que o Edital somente estará disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública causado pelo coronavírus (COVID-19), uma vez que os servidores da Equipe Regional de Licitações/SEPOL encontram-se em trabalho remoto, como medida de gestão objetivando a proteção e contenção de contágio pelo vírus.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.3 ANEXO III - Modelo de Declaração de Ciência das Condições da Frota;

22.12.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preço;

22.12.5 ANEXO V – Modelo de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional;

22.12.6 ANEXO VI – Declaração de Disponibilização da Rede de Oficinas Credenciadas;

22.12.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração de Vedação ao Nepotismo – Inciso IV, Portaria ME nº 1.144, de 03 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, RJ *(datado digitalmente)*

**MARIANA ALVES GASPAR DINIZ**

Matrícula 2123445

SRRF07/Dipol/Sepol

Equipe de Planejamento

*(assinatura digital)*

**MARIANI VIGANOR DA SILVA SANT ANA**

Matrícula 1719973

SRRF07/Dipol/Sepol

Equipe de Planejamento

*(assinatura digital)*

**MARCO AURÉLIO CASTRO PIMENTA**

Matrícula 1181587

SRRF07/Dipol/Secon

Equipe de Planejamento

*(assinatura digital)*

**RAFAEL DE AMORIM ABREU**

Matrícula 1799122

SRRF07/Dipol/Secon

Equipe de Planejamento

*(assinatura digital)*



## ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL  
PREGÃO Nº 04/2022  
(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

### 1 DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos mediante sistema informatizado via internet, para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Código do item no Catálogo de Serviço (CATSERV) do Sistema de Serviços Gerais (SISG)	Valor máximo estimado (R\$)
ÚNICO	Serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal.	25518	328.320,45

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de gerenciamento e administração de frota de veículos, abrangendo automóveis tipo passeio, pick-ups, vans, furgão e caminhão, de fabricação nacional e importados, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota, incluindo o fornecimento e instalação de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, lubrificantes, alinhamento de direção, balanceamento, pneus, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho para veículos leves e pesados e outros de mesma natureza.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 20 meses (vinte), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.



## 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 2.2. Quantitativo do serviço demandado:

2.2.1 O dimensionamento do quantitativo de mão de obra, bem como do valor de peças a ser ressarcido foi obtido com como base no atual contrato da SRRF07, o qual abarca a maior parte dos veículos objeto da licitação pretendida, e na atualização da relação de veículos cadastrada, de acordo com alterações na composição da frota, conforme detalhamento constante no item 7 dos Estudos Técnicos Preliminares.

### 2.3. Justificativa para adoção do regime de execução de empreitada por preço global:

2.3.1 Será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, em razão de que essa solução permite:

2.3.1.1 maior simplicidade nas medições dos serviços, uma vez que há boa margem de precisão nas quantidades dos serviços a serem executados;

2.3.1.2 menor custo para a Administração Pública na fiscalização dos serviços, restringindo a necessidade de aditivos ao contrato;

2.3.1.3 dificulta o jogo de planilhas; e

2.3.1.4 incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui o serviço.

### 2.4. Justificativa para adoção do critério de julgamento pelo menor preço global:

2.4.1 Os serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos mediante sistema informatizado, via internet, para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, tendo em vista as suas peculiaridades e natureza, serão licitados em um único item, pelos motivos listados a seguir:

- I. O objeto do certame é a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos das unidades da 7ª Região Fiscal. Os serviços de manutenção comporão item único, por guardarem óbvia similaridade.
- II. A possibilidade de dividir-se as unidades da RFB na 7ª RF em itens separados, poderia até resultar em licitação deserta para esses itens, devido aos baixos quantitativos estimados de demanda, ou fracassada devido a preços ofertados acima de mercado.
- III. Também a possibilidade de licitar em itens separados mão de obra e materiais não seria prático, pois haveria contratações interdependentes, que poderiam causar atrasos no serviço de manutenção, por conta de mora na entrega dos materiais necessários, prejudicando o conjunto da contratação.
- IV. Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento;
- V. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;
- VI. Redução de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos; e



- VII. Redução de recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.
- VIII. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação, além de ser comum que tais empresas possuam ampla rede de oficinas credenciadas capazes de atender às unidades da RFB na 7ª RF.

2.4.2 Será considerada vencedora do certame a licitante que, após a análise da proposta de preço e dos documentos de habilitação, atendidas as exigências do Edital, houver ofertado o menor preço global para o período de 20 (vinte) meses de vigência do contrato.

2.4.3 Considerar-se-á como preço global o valor global para o serviço de gerenciamento e administração de toda a frota pertencente às unidades administrativas da 7ª Região Fiscal para manutenção preventiva e corretiva, conforme relação de unidades e veículos constantes no Apêndice I deste Termo de Referência, obedecendo às especificações constantes neste instrumento, para o período de 20 (vinte) meses.

#### 2.5. Justificativas para a Vedação de Consórcios:

2.5.1 O modelo padrão de edital de serviços terceirizados continuados veda, como regra, a participação na licitação das empresas que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5.2 A justificativa para adoção de tal procedimento para o caso concreto consta abaixo.

2.5.2.1 É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor (geralmente quando há obrigatoriedade de realizar audiência pública) ou complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não for permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.

2.5.2.2 Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

2.5.2.3 Conforme Acórdão TCU nº 1316/2010 – Primeira Câmara, item 1.5.1.1, deve-se abster de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame. Porém, lendo-se integralmente o Acórdão (Relatório do Ministro Relator e Voto do Ministro Relator), constata-se que o caso concreto analisado se revestiu de vulto e complexidade, conforme itens 27 e 28 do Relatório, abaixo transcritos:

*27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.*



*28. No entanto, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Neste sentido ainda os Acórdãos TCU 1.094/2004 – Plenário e 22/2003 – Plenário.*

2.5.2.4 Além disso, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, que em seu artigo 33 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas. No mesmo sentido, os Acórdãos 2813/2004 - Primeira Câmara, 1917/2003 - Plenário, e 159/2003 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União – TCU.

Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

### 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

#### 5.1.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

- I. Ampla rede de oficinas e centros automotivos em âmbito regional e nacional;
- II. Gerenciamento da manutenção (análise de quilometragem, controle detalhado dos serviços prestados e peças utilizadas, etc.);
- III. Disponibilização, em tempo real (online), via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada manutenção realizada;



IV. Atendimento às normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC);

V. Centralização da contratação e da gestão do contrato;

#### 5.1.2 Definição e Justificativas da natureza continuada do serviço:

5.1.2.1 Os serviços de gerenciamento e administração da frota de veículos para fins de manutenção preventiva e corretiva são considerados de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade desta Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional da RFB.

5.1.2.2 As atividades finalísticas da RFB são ininterruptas, inclusive em finais de semana e feriados, notadamente na área aduaneira. Operando sem cessar como as operações de combate ao contrabando e descaminho, necessitando que os veículos estejam sempre à disposição, a qualquer dia do ano e sempre.

#### 5.1.3 Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

5.1.3.1 A contratação em tela terá vigência inicial de 20 (vinte) meses, a contar do dia 01/02/2022, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses.

5.1.3.2 As justificativas para adoção do prazo inicial de vigência de 20 (vinte) meses encontram-se no subitem 4.4 do Estudo Técnico Preliminar - Apêndice II deste TR.

#### 5.1.4 Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

5.1.4.1 Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

#### 5.1.5 Soluções de mercado:

5.1.5.1 Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que poderiam, em tese, atender os requisitos especificados para a contratação:

- a) Contratação dos serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos da 7ª Região Fiscal, através de implementação e/ou operação de sistema informatizado, disponibilizado em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais até o limite de 60 (sessenta) meses.
- b) Contratação de oficinas mecânicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, sendo esta solução adotada por muitos anos e tem mostrado algumas dificuldades na prestação dos serviços, em face da capilaridade da RFB (Delegacias, Inspetorias e Agências) e suas atividades operacionais na área aduaneira, como por exemplo, a eventual necessidade de manutenção corretiva de veículo(s) se deslocando em viagem ou em operações aduaneiras, em que não é possível a realização do serviço, pois só é possível a realização desses serviços na oficina contratada pela unidade responsável pelo veículo. Além disso, outro problema enfrentado por algumas unidades, é a impossibilidade de contratação de oficinas mecânicas, em cidades em que há número reduzido de estabelecimentos e esses não estão aptos a participarem



de licitações ou ainda não têm interesse em se habilitarem, pois, os quantitativos a serem contratados por essas unidades, individualmente, não são atrativos a essas empresas. Portanto, esse modelo, para a situação específica da RFB, tem se mostrado ineficaz, antieconômico, improdutivo, e por que não dizer, arcaico.

Como se sabe, as oficinas contratadas por essa modelagem não dispõem de todos os serviços necessários para manutenção dos veículos, assim, a subcontratação é inerente a esse tipo de contratação, o que acarreta custos mais elevados para a Administração, pois a oficina subcontratada emite nota fiscal e a contratada também pelo mesmo serviço.

- c) Locação de veículos com motorista, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos. Esta alternativa não é interessante para a Receita Federal em face da necessidade de sigilo em suas operações, além de não ser econômica, eis que a RFB incorpora muitos veículos apreendidos, não despendendo recursos para suas aquisições.

5.1.5.2 A solução que melhor atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos da 7ª Região Fiscal, através de implementação e/ou operação de sistema informatizado, disponibilizado em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais até o limite de 60 (sessenta) meses, em face das seguintes justificativas:

I. A Secretaria da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal possui, dentre outras, a atribuição de vigilância aduaneira e repressão ao contrabando e descaminho, claramente tipificada na legislação vigente e definida em suas diretrizes institucionais, entre as quais consta a intensificação das atividades de vigilância e repressão aos ilícitos fiscais e aduaneiros e almeja, entre outros objetivos gerais, aumentar a eficácia da fiscalização, vigilância e repressão;

II. Cabe ressaltar que estas atividades típicas de Estado necessitam de uma logística específica e, preferencialmente, infalível para fazer frente às ações criminosas que estão por trás das atividades de contrabando, por exemplo, de drogas, de armas e de produtos falsificados, como também nas atividades caracterizadas como descaminho;

III. Com isso a necessidade de serviços de manutenção poderá ocorrer em diversas cidades do Rio de Janeiro, conforme relação de localidades incluída no Apêndice I, tendo em vista deslocamento de servidores;

IV. A contratação de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas a serem estabelecidas, e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo a manutenção das condições necessárias para que a RFB desempenhe suas funções institucionais;

V. Proporciona flexibilidade do sistema de manutenção da frota;

VI. Permite a evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise dos dados;

VII. Permite o gerenciamento dos serviços de manutenção da frota por empresa especializada em gestão, o que pode propiciar ganho de eficiência;

VIII. Proporciona a padronização dos serviços prestados;





- IX. Proporciona atendimento tempestivo das demandas, em especial quando da necessidade de deslocamentos dos veículos pelo território do estado, ou em âmbito regional ou nacional;
- X. Proporciona pronta disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade;
- XI. Permite redução, ou mesmo supressão, do uso constante de suprimentos de fundos para realizar os serviços de manutenção, lavagem e guincho;
- XII. Evita a delimitação de localização de oficinas que possam atender a frota, uma vez que a maior abrangência da rede credenciada de oficinas e centros automotivos possibilita o atendimento dos veículos inclusive em cidades do interior ao realizar fiscalizações;
- XIII. Proporciona segurança por meio de senha eletrônica;
- XIV. Proporciona maior controle de pagamento e facilitação da fiscalização do contrato;
- XV. Viabiliza um sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, inclusive em cidades do interior, possam credenciar-se junto à empresa gerenciadora contratada pela Administração;
- XVI. Proporciona redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);
- XVII. Resulta na redução do número de processos licitatórios e de dispensa;
- XVIII. Permite a possibilidade de prorrogação do contrato, por ser um serviço continuado;
- XIX. Viabiliza a redução do uso de servidores da RFB fora das atividades fins; e
- XX. Proporciona uma maior preservação do Patrimônio Público.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:
- a) A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo art. 3º da Lei 8.666/93, pela Lei nº 12.305/10, pela Instrução Normativa 01/2010 – MPOG, pelo art. 5º da IN MPOG nº 01/2014, pelo Decreto nº 7.746/12, pela IN MPOG/SLTI Nº 10/12, e pela Portaria MF nº 507/14 nos assuntos pertinentes a presente contratação.
  - b) A sustentabilidade social se baseia na adoção, pela Contratada, das melhores condições de trabalho e a sustentabilidade ambiental se define pelo valor da ecoeficiência dos processos produtivos, ou seja, produzir mais com menos recursos, buscando a não contaminação de qualquer tipo de ambiente natural.
  - c) Nos assuntos pertinentes à presente contratação, para a plena adequação do estabelecimento à legislação vigente, a Contratada deverá, preferencialmente, credenciar oficinas e centros automotivos que:



- Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;
- Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;
- Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;
- Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de alternativas visando à busca por práticas sustentáveis; Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 7 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria na frota de veículos da 7ª Região Fiscal, nos endereços constantes na tabela III do Apêndice I, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones constantes na referida tabela.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O serviço continuado de administração e gestão da frota, incluindo serviços de manutenção, corretiva e preventiva, e de lavagem, serão executados pela Contratada obedecendo ao disposto na IN



SEGES/MPDG nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as seguintes especificações e periodicidades:

## 8.2. GLOSSÁRIO

### 8.2.1 Para fins desse Termo de Referência, conceitua-se:

- RFB da 7ª RF – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal (Estado do Rio de Janeiro).
- SRRF07 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, localizada no Município do Rio de Janeiro. Será a contratante e, também, Base Operacional.
- Bases Operacionais – As unidades administrativas da RFB da 7ª RF que serão responsáveis pela fiscalização técnica e acompanhamento, incluindo a análise e aprovação de orçamentos e a autorização dos serviços, do contrato para a frota das respectivas unidades e para as quais serão exigidas, no mínimo, 2 (duas) senhas de acesso ao sistema.
- A SRRF07 será a Unidade Gestora responsável pela fiscalização administrativa, gestão, acompanhamento e pagamento, do contrato para toda frota da RFB da 7ª Região Fiscal.
- Usuário do Sistema: servidor para o qual foi designada uma senha de acesso ao sistema.

### 8.3. E execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.3.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverá ocorrer por meio de rede de oficinas e centros automotivos e pela rede de revendedores varejistas credenciados e disponibilizados pela Contratada, nas quantidades mínimas estabelecidas na tabela I constantes no Apêndice I deste Termo de Referência.

8.3.2 **Manutenção Preventiva:** Sistemática regular de revisões e serviços para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere a seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo. Compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo.

A **manutenção preventiva** inclui regulagens e ajustes, substituição e complementação de fluídos e lubrificantes, substituição de componentes sujeitos a desgaste natural (pastilhas de freio, pneus, conserto de pneus, lâmpadas, fusíveis, e outros conforme manuais dos fabricantes).

8.3.2.1 São outros exemplos de **manutenção preventiva**: troca de pneus; alinhamento e balanceamento de rodas; troca de óleo de motor, câmbio e diferencial; troca de líquido de freio e líquido de arrefecimento; lubrificação de veículos; lavagem simples e completa; lavagem geral com polimento, aspiração e lubrificação; reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, e outros conforme manuais dos fabricantes; substituição de itens do motor; limpeza de motor e bicos injetores; regulagens de bombas e bicos injetores; limpeza dos sistemas de ar-condicionado; outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos.

8.3.3 **Manutenção Corretiva:** Visa a tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como reparar avarias. Inclui os defeitos originados por término de vida útil dos componentes, por defeitos em peças ou sistemas, e por motivo de colisão.



8.3.3.1 São exemplos de **manutenção corretiva**: serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagens; serviços de instalação elétrica; serviços no sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria e pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar-condicionado; serviço de guincho para veículos leves e pesados.

8.3.4 Os serviços de **manutenção preventiva e corretiva** abrangem todos os itens dos veículos, incluindo motor, níveis de água da bateria e do radiador, níveis de óleos, câmbio, suspensão, direção, freios, alimentação de combustível, sistema elétrico, escapamento, lataria, vidros, portas, bancos, estofamento, pneus e rodas, chave de roda, macaco hidráulico, triângulo sinalizador, itens de segurança (extintores de incêndio, airbag, cinto de segurança), ar-condicionado.

8.3.5 As listagens com os serviços constantes dos subitens 8.3.2, 8.3.3 e 8.3.4 são exemplificativas e não exaustivas.

8.3.6 A Contratada deverá arcar com todas as despesas resultantes da implantação do sistema de gerenciamento informatizado, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes;

8.3.7 O sistema para administração e gerenciamento da frota, com intermediação para a manutenção preventiva e corretiva deverá compreender as especificações deste Termo de Referência e:

- a) Disponibilização de sistema em ambiente Web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:
  - Abertura de Ordens de Serviço **on line/real time**;
  - Recebimento de orçamento **on line/real time**;
  - Avaliação e aprovação **on line/real time** de orçamento de peças, acessórios e serviços;
  - Cotação de preços de peças, acessórios e serviços **on line/real time**;
  - Acompanhamento **on line** do status dos serviços que estiver sendo efetuado.
- a1) O sistema de gerenciamento eletrônico deverá ser fornecido com interface que garanta total compatibilidade com os sistemas operacionais da Administração, de modo a permitir a importação de dados.
- b) Fornecimento de relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção dos veículos da frota, com dados das peças e acessórios fornecidos, da mão de obra utilizada, devendo identificar o veículo, a data e o horário da transação;
- c) Totalidade dos dados consolidados, de forma que se possa obter relatórios gerais e individuais por meio da internet;
- d) Rede de estabelecimentos credenciados na data do início da prestação dos serviços, para fornecimento de peças e de prestação de serviços de manutenção, devidamente equipados para aceitar as transações do sistema informatizado, nos municípios e nas quantidades mínimas exigidas, conforme discriminado na tabela I do Apêndice I deste Termo de Referência;
- d1) A rede credenciada pela Contratada deverá ser suficiente para o atendimento da demanda de serviços de manutenção da frota da Contratante, e se encontrar instalada/credenciada até o início efetivo da prestação dos serviços, objeto do contrato;
- d2) A suficiência da rede deverá ser estimada pela contratada de acordo com a relação de localidades disponibilizada na tabela I do Apêndice I desse Termo.
- e) A vencedora da licitação deverá credenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contados a partir da data da assinatura do contrato, caso não estejam ainda credenciados, rede de estabelecimentos fornecedores de autopeças e prestadores de reparos automotivos, devidamente equipados para aceitar as



transações do sistema informatizado, nas quantidades mínimas exigidas na tabela I do Apêndice I deste Termo de Referência;

- e1) Será dispensada esta exigência na situação em que comprovadamente não houver disponível nas cidades o mínimo de estabelecimentos exigidos, situação em que será admitido pelo menos o credenciamento de 1 (um) estabelecimento.
- f) O sistema fornecido deverá permitir a consulta e a obtenção de relação da rede de oficinas credenciadas pela Contratada com os seguintes dados:
- f1) quantidade total e quantidade por localidade;
- f2) escopo/área de atuação da oficina para os serviços prestados, como por exemplo:
- 1 - Transmissão M/A
  - 2 - Diagnóstico de Motores
  - 3 - Sistema Suspensão
  - 4 - Elétrica Automotiva
  - 5 - Sistema de Direção
  - 6 – Escapamento
  - 7 - Climatização A/C
  - 8 - Sistema de Freio
  - 9 - Funilaria e Pintura
  - 10 – Lavagem
  - 11 – Borracharia
  - 12 - Guincho e Reboque
- g) O sistema deverá possibilitar à Contratante adquirir por meio da rede credenciada da Contratada quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivos solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por meio de rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústrias automotivas e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:
- g1) **Originais Genuínos:** produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo, e numerados pelo fabricante; ou
- g2) **Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos,** atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; ou
- g3) **De outros fabricantes,** cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidades recomendadas ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.
- h) A possibilidade de se adquirir as referidas peças pelo sistema fornecido pela Contratada não implica em renúncia por parte da Contratante para, excepcionalmente, buscá-las diretamente no mercado de autopeças, quando assim justificado pelo preço mais vantajoso para a Administração Pública;
- i) O Sistema deverá possibilitar à Contratante requerer, na rede credenciada, serviços de lubrificação, serviços de reparação mecânica, limpeza e lavagem, serviços de chaveiro, serviços de transporte em veículo equipado para guinchamento, inclusive para socorro mecânico emergencial, de veículos leves e pesados, e todos os demais serviços automotivos que se enquadrem no conceito de manutenção e conservação automotiva;
- j) Os serviços de transporte em veículo equipado para guinchamento deverão obedecer ao seguinte:



- j1) A Contratada deverá rebocar o veículo até a credenciada mais próxima do local onde se encontra o veículo danificado, de forma a evitar maior custo com serviço de reboque, ou ainda até a Unidade da RFB indicada pelo servidor demandante do serviço;
- k) A rede credenciada deverá emitir notas fiscais para fins de garantia do serviço prestado e da Contratada;
- l) O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do fornecimento das peças e acessórios e da mão de obra referente à execução do serviço de manutenção para a frota dos veículos das unidades da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, junto à rede credenciada, mediante aprovação prévia do serviço pelo responsável de cada Base Operacional, devendo ser observado:
- l1) A Contratada deverá credenciar oficinas que ofereçam preço no máximo compatível com o praticado do mercado local onde serão executados os serviços, de forma a evitar despesas desnecessárias, e no mínimo confiável, visando assegurar serviços de qualidade e preço acessível;
- m) O sistema deverá disponibilizar relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção nos veículos da frota das Unidades Administrativas da RFB da 7ª Região Fiscal;
- n) O sistema deverá ter permissão de acesso por meio da internet e/ou aplicativo para smartphone, com senha administrada por, pelo menos, dois (02) responsáveis designados para cada Base Operacional, permitindo a emissão de relatórios, encaminhamento de veículos às oficinas credenciadas e todo o processo para aprovação de orçamentos e recebimento dos serviços;
- o) O prazo para atendimento, solução de problemas e assistência técnica relativa ao sistema disponibilizado deverá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas;

**8.3.8 A Contratada deverá fornecer para a SRRF07 e/ou Base Operacional, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, por meio do sistema informatizado, os orçamentos obtidos em todas as oficinas credenciadas no município da base operacional do veículo dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem substituídos, bem como o tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, em horas e preços líquidos, para aprovação da Unidade;**

**8.3.8.1 Nas localidades onde não haja possibilidade de obtenção de 3 (três) orçamentos, a contratada deverá providenciar orçamentos em cidades próximas até que seja obtido o mínimo de 3 (três) orçamentos, para fins de comparação e análise da vantajosidade.**

**8.3.8.2 No orçamento deverá haver previsão de prazo, em dias úteis, para execução dos serviços, bem como previsão de data de início e de término dos serviços;**

**8.3.8.3 A contratada deverá comunicar à contratante se nos valores apresentados nos orçamentos estão contemplados os descontos ofertados na licitação, inclusive para fins de comparação com os preços pesquisados em concessionárias autorizadas e oficinas não credenciadas;**

**8.3.8.4 Além dos orçamentos apresentados pela Contratada, a Administração deverá realizar pesquisa com outros prestadores de serviços que não façam parte da rede credenciada da contratada e/ou em tabela de preços das montadoras e/ou lojas que comercializem peças de veículos ou no portal de compras governamentais do Governo Federal, com o fim de assegurar a vantajosidade da contratação para a Administração Pública;**





8.3.8.5 Na eventual dificuldade de se obter o número mínimo de orçamentos ou de se estender, da forma mais ampla possível, a pesquisa como acima descrita, será necessário que a fiscalização justifique motivadamente;

8.3.8.6 O serviço deverá ser realizado na oficina credenciada que oferecer o menor preço;

8.3.8.6.1 Caso a credenciada de menor preço não seja escolhida para realização da manutenção preventiva ou corretiva, deverão ser apresentadas as devidas justificativas.

8.3.8.7 A apresentação dos orçamentos pela Contratada não impede a pesquisa pela Administração em busca da maior vantagem;

8.3.8.8 A pesquisa citada poderá ser realizada em outras oficinas além daquelas credenciadas pela Contratada, bem como em sites especializados, sempre que o fiscal achar necessário, com o fim de obter o melhor preço, assegurando a vantagem da contratação para a Administração Pública;

8.3.8.9 Se, no curso do contrato, houver a necessidade de prestação de serviço não previsto nas tabelas de mercado, poderá a Administração realizar a pesquisa de preço buscando a vantagem, além da obrigação da Contratada em entregar os 3 (três) orçamentos.

8.3.9 A Contratada deverá apresentar à fiscalização do contrato as peças e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos, bem como as embalagens das peças e acessórios adquiridos, estas quando possível. Fica a critério exclusivo da fiscalização do contrato a retirada das peças, acessórios e embalagens apresentados. No caso de a fiscalização do contrato não retirar em até 5 (cinco) dias após a apresentação do documento fiscal de cobrança, a Contratada ficará com o encargo de providenciar o descarte dos mesmos.

8.3.10 Os serviços serão executados de acordo com os manuais e normas técnicas específicas de cada veículo, com observância dos prazos e valores constantes nas tabelas relacionadas a seguir, optando-se pelo que for mais vantajoso para a Administração:

8.3.10.1 Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Genuínos emitida pelos fabricantes dos veículos.

- a) Na impossibilidade de obter tal tabela, a licitante vencedora poderá comprovar os preços da tabela da concessionária pelos dados fornecidos pelo software especializado Audatex, Órion ou similar com as mesmas funcionalidades;
  - a1) A consulta ao software especializado poderá ser realizada pela Contratada, e apresentada a servidor responsável, ou por servidor, autorizado, da unidade demandante do serviço (Base Operacional);
  - a2) O custo da assinatura do software especializado deverá ser às expensas da Contratada;
  - a3) A assinatura deverá estar disponível durante toda a vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações;
  - a4) O software especializado tem a função, entre outras, de informar o valor de mercado das peças a serem utilizadas na execução do objeto.

8.3.10.2 Tabela de tempo padrão de mão de obra para os serviços de manutenção veicular do fabricante e/ou entidade representante do setor automobilístico e/ou os dados, de mesma confiabilidade, informados pelo software especializado Audatex, Órion ou similar com as mesmas funcionalidades.





a) Valem as mesmas disposições dos itens 8.3.10.1, “a1” a 8.3.10.1 “a4” para esse item.

8.3.10.3 O valor máximo da mão de obra para os serviços e das peças deverá ser o menor dos valores entre o software especializado antes mencionado e as tabelas das concessionárias de fabricantes/entidades.

8.3.11 Com base no atendimento aos subitens 8.3.10 e seguintes, será comprovado o valor do serviço de manutenção preventiva e corretiva, sendo que:

8.3.11.1 O fiscal técnico setorial do contrato deverá realizar a conferência entre os quantitativos de horas orçados pela contratada com os previstos nas tabelas de tempo padrão de mão de obra para os serviços de manutenção veicular do fabricante e/ou entidade representante do setor automobilístico ou em software especializado, bem como a conferência entre os preços das peças/acessórios orçados com os constantes das tabelas oficiais de preços de peças e acessórios emitidas pelos fabricantes dos veículos ou em software especializado;

8.3.11.2 O fiscal administrativo do contrato deverá realizar a conferência dos percentuais de desconto sobre o preço da mão de obra e das peças, bem como da taxa de administração ofertados pela contratada.

8.3.12 O atendimento aos serviços solicitados deverá ser prestado pela rede de centros automotivos ou oficinas, credenciados pela Contratada, **localizados nos municípios onde se encontram as Unidades Administrativas da Receita Federal na 7ª Região Fiscal**, conforme relação de localidades constante na tabela I do Apêndice I deste TR;

8.3.13 O atendimento aos serviços solicitados deverá ser prestado pela rede de centros automotivos ou oficinas, credenciados pela Contratada, em horário comercial;

8.3.13.1 Os serviços de guincho/reboque serão acionados por meio de 0800 e devem ser prestados 24 (vinte e quatro) horas, nos 7 (sete) dias da semana, nos locais onde ocorrerem quebras ou defeitos nos veículos;

8.3.14 A Contratada deverá providenciar o envio/acesso das notas fiscais/faturas emitidas pelas oficinas credenciadas, referentes aos serviços realizados de acordo com as solicitações, às **Bases Operacionais** para que o servidor responsável ateste que o serviço foi efetivamente prestado;

8.3.15 A Contratada deverá providenciar o envio da nota fiscal/fatura de cobrança, referente à totalidade dos serviços realizados no mês, para o **Gestor do Contrato da SRRF07**;

8.3.15.1 A fatura deverá discriminar separadamente os valores das peças, da mão de obra, dos descontos e da taxa de administração ofertados na proposta da contratada.

8.3.16 A **substituição ou incorporação** de veículos à frota em nada altera as condições estabelecidas na contratação dos serviços, uma vez que para a Contratada a inclusão de veículos não causa decréscimo em sua remuneração;

8.3.17 A Contratada deverá disponibilizar acesso ao sistema de gestão de manutenção em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido por cada Base Operacional relacionada na tabela II do Apêndice I deste Termo de Referência, as quais deverão estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao sistema, devendo, no entanto, a SRRF07 ter acesso completo a toda frota das Bases Operacionais;



8.3.18 Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações acumuladas:

- a) Relação dos veículos e equipamentos automotivos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da Unidade Administrativa e Centro de Custo, para o item contratado;
- b) Histórico das operações realizadas pela frota contendo data do serviço, hora de entrada e saída do estabelecimento, local, preço unitário do material (peças, acessórios, componentes, óleo, filtro e outros materiais), preço unitário do serviço de lavagem (simples ou completa), dos valores cobrados, quilometragem do veículo (hodômetro) no ato do serviço, identificação do estabelecimento, serviços de lavagem, lubrificação, troca de óleo, troca de filtros (combustível, óleo, ar) realizados, garantia das peças substituídas e dos serviços prestados com seus respectivos valores individualizados, relatório gerencial que demonstre ao gestor da frota a necessidade de trocas de óleo ou de manutenção preventiva, com base na quilometragem percorrida ou do tempo transcorrido da última manutenção, relatório gerencial contendo a projeção gráfica dos gastos a ser atualizado a cada operação realizada via sistema, em tempo real, cadastro dos veículos, e respectivas Bases Operacionais;
- c) A composição dos relatórios deverá ser submetida à apreciação da Administração para adequação às necessidades administrativas;

8.3.19 À Contratante caberá o ônus pelas peças automotivas que eventualmente necessitarem ser trocadas e cujos preços devem estar de acordo com os praticados no mercado, tendo como valor máximo o exposto no subitem 8.3.10 e seguintes, o que deverá ser comprovado com a **apresentação de no mínimo 3 (três) orçamentos, via sistema da Contratada**, nos termos do disposto nos subitens 8.3.8 e seguintes, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante, às suas expensas, providenciar diretamente no mercado a aquisição da peça necessária à manutenção do veículo oficial, caso julgue mais vantajoso para a Administração;

8.3.20 A Contratada deverá providenciar o cadastramento no sistema, com o uso de senha, de cada usuário indicado pela contratante;

8.3.21 Também, a Contratada deverá disponibilizar no sistema a possibilidade de “cadastramento coringa”, em decorrência da necessidade de se efetuar os serviços em veículos que não fazem parte da frota, como veículos apreendidos, veículos da RFB de outras Regiões Fiscais em deslocamento pelo Estado do RJ e veículos de outros Órgãos Públicos prestando serviços à RFB.

#### 8.4. REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

8.4.1 A Contratada, deverá possuir oficinas credenciadas obrigatoriamente nos municípios relacionados na tabela I do Apêndice I desse documento, nos quantitativos mínimos de oficinas credenciadas estabelecidos nas tabelas.

8.4.2 No interesse da Administração, poderá ser exigido o credenciamento de outras oficinas ou centros automotivos.

8.4.3 O credenciamento de novas oficinas, conforme a necessidade da SRRF07 e das Unidades Administrativas da 7ªRF, deverá ser efetivado pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.



8.4.4 A Contratada é a única responsável pelo pagamento dos serviços às oficinas, não respondendo, em nenhuma hipótese, a SRRF07 e suas Unidades Administrativas da 7ªRF, nem solidária e nem subsidiariamente, por esse pagamento.

8.4.5 A Contratada deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede de oficinas credenciadas objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, horários de funcionamento, presteza no atendimento e o que mais couber.

8.4.6 A Contratada fornecer à Administração orçamento analítico dos serviços a serem realizados no veículo, contendo:

- a) o estado em que recebeu o veículo em seu estabelecimento, anotando danos, avarias visíveis e peças nele faltantes, independentemente disso se referir ao serviço que motivou a visita;
- b) o diagnóstico do defeito constatado / preventiva a ser realizada;
- c) a relação das peças, componentes e materiais a serem aplicados, devidamente identificados por:
  - nome da operação (troca, desmonte, remonte, reparo, pintura, ajuste, etc);
  - código e marca da peça;
  - descrição da peça e local de aplicação;
  - quantidade e observações quando for o caso;
  - preço unitário;
  - preço total;
  - horas de serviço a serem consideradas;
  - preço hora de serviço em horas centesimais, com preços líquidos, para aprovação da Administração;

8.4.7 A Contratada deverá orientar suas credenciadas para que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir, preferencialmente, microcomputador, impressora e conexão à internet;
- b) Disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado, dotados preferencialmente de bancadas de alvenaria com revestimento cerâmico ou com chapas de metal;
- c) Possuir equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulação de motores;
- d) Dispor de ferramentaria atualizada para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- e) Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;
- f) Dispor de equipe técnica preferencialmente uniformizada;
- g) Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos, nas suas instalações, independente da marca do veículo;
- h) Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;
- i) Devolver os veículos para as Bases Operacionais correspondentes em perfeitas condições de funcionamento, limpos e lavados;
- j) Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Base Operacional, bem como executar tudo o que não for



explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pelo Responsável designado;

- k) No caso de mau atendimento, a Contratante não mais utilizará os serviços prestados pela oficina credenciada da Contratada, devendo esta ser comunicada dos fatos que motivaram a decisão;
- l) Permitir que cada Base Operacional realize fiscalização da execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada;
- m) Somente utilizar peças, materiais e acessórios conforme subitem 8.3.7, alínea “g” ou aqueles acertados entre o responsável na Base Operacional e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens usados/recondicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização expressa do responsável na Base Operacional;
- n) Atender com prioridade as solicitações da Contratante referente à execução dos serviços;
- o) Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;
- p) Disponibilizar, quando solicitado pela fiscalização do contrato, local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, devendo fornecer a relação delas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor designado pela Contratante, antes de seu descarte;
- q) Receber e inspecionar o veículo da Base Operacional;
- r) Executar os serviços mediante prévia autorização e por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS - via internet, aprovada pela Base Operacional por intermédio do sistema de gerenciamento informatizado, informando a conclusão também por meio do sistema informatizado;
- s) Disponibilizar profissionais qualificados para prestação dos serviços de forma regular e eficiente;
- t) Providenciar termo de vistoria prévia, devendo fornecer uma via para a UG Descentralizada solicitante e responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorram durante a realização dos serviços aprovados na OS via sistema;
- u) Responsabilizar-se civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da ação ou omissão que ocorram durante a realização dos serviços aprovados na ordem de serviço via sistema da Contratada.

## 8.5. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

8.5.1 A Contratada deverá implantar o sistema de administração e gerenciamento para manutenção dos veículos da frota e iniciar a prestação dos serviços, em todas as bases operacionais, relacionadas na tabela II do Apêndice I deste Termo de Referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas Web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à Contratante.

8.5.2 O processo de implantação do sistema informatizado pela Contratada compreende as seguintes atividades para a operação da manutenção preventiva e corretiva da frota:

- a) Cadastramento dos veículos;



- b) Definição da logística da rede de oficinas credenciadas;
- c) Fornecimento à SRRF07 e demais Unidades Administrativas dos dados cadastrais da rede de oficinas credenciadas;
- d) Treinamento dos usuários a serem indicados pela Administração.

## 9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

### 9.1. Dos atores que participarão da gestão de contrato:

- a) Fiscalização Técnica Setorial – realizada por servidor designado pela Base Operacional a que estiverem vinculados os veículos da frota;
- b) Fiscalização Administrativa – realizada por servidor designado pela UG Regional – SRRF07;
- c) Gestão de Contrato - realizada por servidor designado pela UG Regional – SRRF07;

9.1.1 Os atores acima mencionados serão designados por Portaria de nomeação específica.

9.2. Cada fiscal técnico setorial da Base Operacional a que estiver vinculada a frota será responsável pelas seguintes atividades:

9.2.1 Solicitação de serviços e peças;

9.2.2 Aprovação e rejeição de serviços;

9.2.3 Recebimento formal de produtos e serviços, com envio da documentação comprobatória à fiscalização da SRRF07;

9.2.4 Registro da quantidade de orçamentos solicitados x quantidade de orçamentos recebidos para cada serviço;

9.3. Somente a fiscalização regional da SRRF07 poderá:

9.3.1 Gerir o Contrato de prestação de serviços;

9.3.2 Analisar os orçamentos recebidos, realizar pesquisas e confrontar preços de mercado, caso necessário;

9.3.3 Requisitar à SRRF07 de autorização para a realização de análise especializada de orçamentos, auditoria de serviços realizados e demais avaliações especializadas que julgar necessárias para a transparência e escorreita aplicação dos recursos públicos;

9.3.4 Aprovar orçamentos;

9.3.5 Autorizar a execução do serviço por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS, enviada via sistema de gerenciamento informatizado;

9.3.6 Incluir e/ou excluir veículos no sistema;

9.3.7 Receber, aceitar, rejeitar e enviar para pagamento as notas fiscais emitidas pela Contratada;

9.3.8 Alterar dados contratuais;

9.3.9 Aplicar penalidades e sanções administrativas.

9.4. Orientações mais específicas sobre a gestão, fiscalização técnica setorial e administrativa do contrato serão emitidas pela Dipol/SRRF07.



- 9.5. A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o fiscal técnico setorial serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais;
- 9.6. Os prazos de atendimento são aqueles discriminados neste Termo, devidamente ajustados com o solicitante;
- 9.7. A solicitação do serviço será feita por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS, enviada via sistema de gerenciamento informatizado disponibilizado pela contratada;
- 9.8. A contratada deverá disponibilizar contato telefônico de fácil acesso, a qualquer horário;
- 9.9. Posteriormente, a solicitação será confirmada pelo sistema de gerenciamento informatizado disponibilizado;
- 9.10. Deverá ser emitida uma nota fiscal para cada Ordem de Serviço realizada pelas oficinas credenciadas e para pagamento mensal à contratada, apenas uma fatura;
- 9.11. Cada nota fiscal deverá vir acompanhada da cópia da Ordem de Serviço, dos informes do veículo, e informada com os dados do requerente, o tipo de serviço executado, e ateste do servidor de que o serviço foi realizado.
- 9.12. A nota fiscal/fatura mensal deverá ser emitida pelo próprio contratado, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema eletrônico e constante da Nota de Empenho.
- 9.13. O pagamento será efetuado conforme critérios discriminados neste Termo de Referência;
- 9.14. Em cumprimento ao disposto no subitem 2.6, alínea "d" do Anexo V da IN Seges/MPDG nº 05/17, com a finalidade de permitir a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, a Administração usará como parâmetro de medição dos serviços o seguinte:
- 9.14.1 O preço mensal dos serviços será calculado através do somatório dos valores cobrados nas notas fiscais emitidas pela rede credenciada, referentes aos serviços efetivamente prestados e às peças efetivamente fornecidas na prestação dos serviços durante o referido mês. A esse montante se agrega(m) o(s) percentual(is) de desconto sobre o valor da mão de obra e/ou das peças fornecidas ofertado(s) na proposta da contratada, e mais a incidência do percentual a título de Taxa de Administração, também ofertado na proposta da contratada.
- 9.15. Devido à natureza do serviço objeto da presente contratação, em que o serviço é prestado através da disponibilização de sistema que permita o gerenciamento e a administração do serviço de manutenção para a frota de veículos, não serão definidas formas de medição do serviço para efeito de pagamento com base em resultados.

## 10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda prevista é o atendimento integral das necessidades de serviços de administração e gerenciamento para manutenção da frota de veículos oficiais da RFB da 7ª Região Fiscal, que atualmente possui 81 (oitenta e um) veículos, pelo período inicial de 20 (vinte) meses de prestação dos serviços, conforme quadro apresentado no item 22 deste Termo de Referência.



10.2. Para subsidiar o dimensionamento da proposta, a relação mínima dos municípios a serem cobertos pela rede de oficinas e centros automotivos credenciados, a relação das unidades da RFB na 7ª Região Fiscal e a relação dos veículos oficiais pertencentes à Frota da RFB na 7ª RF constam no Apêndice I deste Termo de Referência.

## 11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.





## 12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;



- 12.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 12.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 12.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 12.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.21. Efetuar, sob sua exclusiva responsabilidade, os pagamentos devidos aos estabelecimentos credenciados;
- 12.22. Tomar providências imediatas para sanar problemas oriundos da utilização dos serviços prestados pelos estabelecimentos credenciados;
- 12.23. Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do Contrato, inerente ao objeto da contratação;
- 12.24. Prestar os serviços objetos da presente licitação, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes;
- 12.25. Indicar preposto, com atendimento presencial, informando telefone fixo, telefone celular e endereço eletrônico para contato com a Contratada, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;
- 12.26. Manter atualizada a relação das oficinas e centros automotivos credenciados;
- 12.27. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto aos serviços contratados;



- 12.28. Disponibilizar a emissão de relatórios mensais por Unidades, que permitam a administração e gerenciamento do objeto do contrato;
- 12.29. Apresentar Nota Fiscal/Fatura, discriminando em separado os materiais e os serviços utilizados no período;
- 12.30. A Contratada deverá implantar o Sistema e iniciar a prestação dos serviços em todas as **bases operacionais** no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do Contrato;
- 12.31. Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, observando os preços cotados na licitação pública;
- 12.32. Executar os serviços nos locais e horários, conforme disciplinado neste Termo de Referência;
- 12.33. Notificar a SRRF07 e/ou suas **Bases Operacionais** por escrito, todas as ocorrências que possam vir a embaraçar a execução dos serviços;
- 12.34. A partir do recebimento da Ordem de Serviço - OS, a Contratada deverá providenciar a imediata execução dos serviços no prazo definidos e constantes da OS, excetuando-se situações que impossibilitem o cumprimento do tempo determinado, devendo a empresa comunicar, por escrito, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes daquele estabelecido para o cumprimento dos serviços, com as devidas justificativas, para embasar a decisão da Administração;
- 12.35. Disponibilizar relação da rede credenciada;
- 12.36. Realizar treinamento para capacitar os usuários a utilizar o sistema para administração e gerenciamento da frota em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;
- 12.37. Fornecer para a SRRF07 e/ou UG Descentralizada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, por meio do sistema informatizado, no mínimo 3 (três) orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem substituídos, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, em horas centesimais e preços líquidos, para aprovação da Unidade;
- 12.37.1 Nas localidades onde não haja possibilidade de obtenção de 3 (três) orçamentos, a contratada deverá providenciar orçamentos em cidades próximas até que seja obtido o mínimo de 3 (três) orçamentos, para fins de comparação e análise da vantajosidade.
- 12.38. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Referência;
- 12.39. Credenciar, preferencialmente, oficinas e centros automotivos que:
- 12.39.1 Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;
- 12.39.2 Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;
- 12.39.3 Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;



12.39.4 Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;

12.39.5 Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;

12.39.6 Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### **13 DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.



15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.13.1 Na aferição da prestação dos serviços serão considerados, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) verificação dos prazos de execução;
- b) os recursos materiais utilizados, relatórios disponibilizados e acesso ao sistema;
- c) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e
- d) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

15.14. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**15.14.1 Gestão do contrato:**

15.14.1.1 Desempenhar o conjunto de ações que têm por objetivo a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam alteração, revisão, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

15.14.1.2 Informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, bem como propor a aplicação das sanções que entender cabíveis, de acordo com as disposições contidas na IN Seges/MPDG nº 5, de 2017, especialmente no § 2º do art. 46;

15.14.1.3 Verificar, antes do encaminhamento do documento de cobrança para pagamento, a regularidade no SICAF e outros documentos descritos no contrato afetos à regularidade da contratada como empresa, e não do contrato em si;



15.14.1.4 Comunicar a CONTRATADA que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

15.14.1.5 Realizar, a cada medição, nos termos do inciso II do art. 50 da IN Seges/MPDG nº 5, de 2017, o recebimento definitivo dos serviços, ato que concretizará o ateste de sua execução no documento de cobrança e no Sistema (cronograma), com base nos relatórios e demais documentos recebidos dos fiscais administrativos e técnicos, os quais são responsáveis pela veracidade das informações prestadas.

**15.14.2 Fiscalização Administrativa do contrato:**

15.14.2.1 Fiscalizar o contrato nos seus aspectos administrativos, auxiliando o gestor do contrato;

15.14.2.2 Realizar a conferência dos percentuais de desconto sobre o preço da mão de obra e das peças, bem como da taxa de administração ofertados pela contratada;

15.14.2.3 Analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela Contratada referentes à regularidade da execução contratual quanto aos seus aspectos administrativos;

15.14.2.4 Elaborar relatório sobre eventual descumprimento contratual, cuja gravidade possa acarretar aplicação de sanção, e enviar ao gestor para as providências cabíveis; e

15.14.2.5 Questionar junto à Contratada para o saneamento de irregularidades verificadas na execução contratual no âmbito administrativo.

**15.14.3 Fiscalização Técnica Setorial do contrato:**

15.14.3.1 Efetuar a solicitação de orçamentos de serviços e peças, por meio do sistema informatizado disponibilizado pela contratada;

15.14.3.2 Analisar os orçamentos recebidos, realizar pesquisas e confrontar preços de mercado, caso necessário;

15.14.3.3 Os orçamentos recebidos deverão conter previsão de prazo, em dias úteis, para execução dos serviços, bem como previsão de data de início e de término dos serviços;

15.14.3.4 Além disso, conter informação da contratada comunicando se nos valores apresentados estão contemplados os descontos ofertados na licitação;

15.14.3.5 Realizar pesquisa de preços com outros prestadores de serviços que não façam parte da rede credenciada da Contratada e/ou em pesquisa na tabela de preços das montadoras e/ou lojas que comercializem peças de veículos ou no portal de compras governamentais do Governo Federal, com o fim de obter o melhor preço, assegurando a vantajosidade da contratação para a Administração Pública;

15.14.3.6 Na eventual dificuldade de se obter o número mínimo de orçamentos ou de se estender, da forma mais ampla possível, a pesquisa como acima descrita, deverá o fiscal técnico setorial justificar motivadamente;

15.14.3.7 Realizar a conferência entre os quantitativos de horas orçados pela contratada com os previstos nas tabelas de tempo padrão de mão de obra para os serviços de manutenção veicular do fabricante e/ou entidade representante do setor automobilístico ou em software especializado, bem como a conferência entre os preços das peças/acessórios orçados com os constantes das tabelas



oficiais de preços de peças e acessórios emitidas pelos fabricantes dos veículos ou em software especializado;

15.14.3.8 Aprovar orçamentos;

15.14.3.9 Autorizar a execução do serviço por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS, enviada via sistema de gerenciamento informatizado;

15.14.3.10 Aprovar e rejeitar serviços;

15.14.3.11 Receber formalmente produtos e serviços, com envio da documentação comprobatória à fiscalização da SRRF07, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir da disponibilização dos documentos da Contratada;

15.14.3.12 Registrar a quantidade de orçamentos solicitados x quantidade de orçamentos recebidos para cada serviço.

15.14.3.13 Efetuar a conferência dos dados dos serviços efetuados no mês imediatamente anterior, para a totalidade dos veículos da RFB localizados na sua Unidade Administrativa/Divisão/Escritório, obtidos em relatório extraído do sistema de gerenciamento de frota da empresa contratada, comparando-os com os comprovantes emitidos pelas oficinas credenciadas a cada serviço.

15.14.3.14 Encaminhar ao gestor do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do encerramento do prazo de apuração mensal, por meio de mensagem eletrônica, relatório provisório de recebimento (atesto técnico) sobre a prestação dos serviços executados no mês imediatamente anterior, informando se os dados do serviço constantes do relatório extraído do sistema de gerenciamento de frota da empresa contratada (relatório mensal) correspondem ao efetivamente realizado ou não, discriminando as eventuais discrepâncias existentes, para fins de ateste ou glosa da nota fiscal/fatura emitida pela empresa contratada.

15.14.3.15 Efetuar cadastramento/descadastramento e atualização de veículos, condutores e outras informações no sistema gerencial da empresa contratada;

15.14.3.16 Efetuar cadastramento e atualização de parâmetros informativos e restritivos da frota no sistema gerencial da empresa contratada;

15.14.3.17 Efetuar liberação de transação e correção de quilometragem no sistema gerencial da empresa contratada;

15.14.3.18 Efetuar atendimento dos questionamentos e solicitações dos usuários (condutores) de sua Unidade Administrativa/Divisão/Escritório;

15.14.3.19 Efetuar consulta e alteração de limites /saldos no sistema gerencial da empresa contratada;

15.14.3.20 Comunicar ao gestor da SRRF07 quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços pela empresa contratada.

15.14.4 Orientações mais específicas sobre a gestão, fiscalização técnica setorial e administrativa do contrato serão emitidas pela Dipol/SRRF07 em Portaria específica e/ou Ordem de Serviço.

15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.





15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2 No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal técnico setorial deverá elaborar **Relatório Circunstanciado** contendo todas as Ordens de Serviço encerradas no período mensal de apuração, em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1 O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



16.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17 DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1 o prazo de validade;

17.4.2 a data da emissão;

17.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4 o período de prestação dos serviços;

17.4.5 o valor a pagar; e

17.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



17.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 18 REAJUSTE

18.1. Em razão da natureza do objeto da licitação, e pelo fato de que a taxa de administração e os descontos sobre os preços de mão de obra e de peças foram cotados em percentuais, não caberá reajuste destes.

18.1.1 Define-se como fixos e irreajustáveis os percentuais contratados como taxa de administração e os percentuais de descontos sobre os preços de mão de obra e de peças.

## 19 GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).



19.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10. Será considerada extinta a garantia:

19.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.



## 20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de:**

20.2.2.1 **0,2% (dois décimos por cento)** por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 **5% (cinco por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 **10% (dez por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4 **0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento)** por dia sobre o valor mensal do contrato (valor adjudicado dividido por 20), conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5 **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do adjudicado por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB**, pelo prazo de até dois anos, em conformidade com o inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

20.2.4 **Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União** com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002.



20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03





6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
---	--	----

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



## 21 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1 Será exigida, no edital da licitação, para fins de habilitação, comprovação de capacitação técnico-operacional das interessadas em participar do certame, nos termos do inciso II, do artigo 30, da Lei 8.666/93.

21.3.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.2.1.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação será feita através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que expresse(m) que a licitante executou ou está executando a prestação de serviços de gerenciamento e administração de frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos, para uma frota de, no mínimo, **40 (quarenta) veículos**, que corresponde a 49,38% (quarenta e nove, trinta e oito por cento) do somatório dos veículos que compõem a frota da RFB da 7ª Região Fiscal ou, facultativamente, que executou ou está executando os mesmos serviços em contratos cujo somatório de valores seja de, no mínimo, **R\$ 98.496,13 (noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e treze centavos)**, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da licitação para 12 meses.

21.3.2.1.2 As licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacitação técnico-operacional e que não será considerada a individualização dos diversos tipos de serviços para fins de tal comprovação.

21.3.2.1.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.2.2 A indicação das instalações e do aparelhamento necessários para a prestação dos serviços, objeto da licitação, será feita mediante apresentação da seguinte declaração assinada pelo representante da licitante:

- a) de que disponibilizará Rede de Oficinas Credenciadas nos municípios relacionados no Apêndice I deste Termo de Referência (tabela I), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contados a partir da data da assinatura do contrato, caso não estejam ainda credenciados, conforme modelo anexo ao edital.

21.3.3 A exigência de comprovação de experiência anterior da licitante é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível, lógico e razoável a permissão no edital de licitação de participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na



execução dos serviços objeto da licitação, ou seja, serviços de gerenciamento e administração da frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos. Entende-se que a fixação da comprovação de quantidade no percentual adotado está em compatibilidade com o princípio da razoabilidade, pois, como as licitantes podem apresentar tantos atestados quantos queiram, é lícito supor que a licitante que não conseguir demonstrar que teve experiência acumulada ao longo do tempo ou está tendo experiência na quantidade fixada não oferece segurança à Administração para contratação e, portanto, não deve participar da licitação. Entende-se, dessa forma, que a exigência de capacitação técnico-operacional na quantidade estabelecida não restringe o caráter competitivo da licitação.

21.3.4 Quanto à exigência de comprovação de capacitação técnico-operacional, percebe-se claramente a convergência dos entendimentos da doutrina e jurisprudência pátria no sentido de se considerar perfeitamente legítima a inserção de exigência, nos editais de licitações públicas, como requisito prévio à habilitação, de comprovação de capacidade técnica dos interessados em contratar com a Administração, sendo amplamente majoritária a concepção, segundo Marçal Justen Filho, de que a comprovação dessa qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional como o profissional, consoante inteligência do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal do Brasil e do art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

21.3.5 O Tribunal de Contas da União já expressou o entendimento da legitimidade de exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional em diversas Decisões/Acórdãos como, exemplificativamente: Decisão 432/96-Plenário; Decisão 217/97-Plenário; Decisão 767/98- Plenário; Decisão 285/2000-Plenário; Decisão 467/20000-Plenário; Decisão 411/2001- Plenário; Decisão 1.069/2001-Plenário; Decisão 1.288/2002-Plenário; Decisão 1.618/2002- Plenário; Acórdão 1.917/2003-Plenário; Acórdão 32/2003-1ªCâmara; Acórdão 1.351/2003-1ª Câmara e Acórdão 649/2006-2ª Câmara, Acórdão 8.364/2012-2ª Câmara e Acórdão 397/2013- Plenário.

21.3.6 No âmbito do Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça também já firmou entendimento no mesmo sentido como, exemplificativamente:

Resp 172.232-SP 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 21.09.1998;

REsp 155.861-SP 1ª T, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, in DJU de 08.03.1999;

REsp 144.750-SP 1ª T, Rel. Min. Francisco Falcão, in DJU de 25.09.2000;

Resp 331.215-SP 1ª T, Min. Rel. Luiz Fux, in DJU de 27.05.2002;

ROrd em MS 13.607-RJ 1ª T, Rel. Min. José Delgado, in DJU de 10.06.2002;

REsp 268.000-AC 1ª T, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, in DJU de 07.10.2002;

Resp 172.199-SP 2ª T, Rel. Min. Eliana Calmon, in DJU de 13.08.2001;

Resp 295.806-SP 2ª T, Rel. Min. João Otávio de Noronha, in DJU de 06.03.2006; e

ROrd em MS 24.665-RS 2ª T, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, in DJU de 08.09.2009.

21.3.7 Quanto ao limite máximo percentual admitido para exigência da capacidade técnico-operacional, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento de que é de 50% (cinquenta por



cento), como, exemplificativamente, nos seguintes Acórdãos do Plenário: 3105/2010; 813/2010; 2099/2009; 2147/2009; 1949/2008; 2656/2007; 608/2008 e 2215/2008.

21.3.8 Súmula TCU nº 263, dispõe que:

*Para comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e complexidade do objeto a ser executado. (grifo nosso)*

21.3.9 Não será exigido, para o objeto da presente contratação a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante, conforme previsto na alínea b do subitem 10.6 do Anexo VII-A da da IN SEGES/MP n. 5/2017, já que se trata de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1 Valor global: R\$ 328.320,45 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos) para o período de 20 (vinte) meses.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 22 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 328.320,45 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), conforme tabela abaixo:

VALORES ESTIMADOS PARA 20 MESES					
ITEM	Valor Estimado Mensal (R\$)	Valor Estimado para 20 Meses (R\$)	Desconto (%)	Valor do Desconto	Valor Total Estimado para 20 Meses com Desconto (R\$)
	A	B = (A x 20)	C	D = (B x C) / 100	E = (B - D)



Serviços continuados de gerenciamento e administração da frota Código do Item no CATSERV do SISG 25518	Peças	9.720,68	194.413,60	4,70	9.137,44	185.276,16
	Serviço	7.167,19	143.343,80	4,70	6.737,16	136.606,64
Total Estimado para 20 Meses com acréscimo de 15% - Sem a Taxa de Administração - F						321.882,80
Taxa de Administração Estimada				(%)	(R\$) - G	
				2,00	6.437,65	
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 20 MESES (R\$) $H = (F + G)$ <i>* ESTE É O VALOR QUE DEVERÁ SER PREENCHIDO NO SISTEMA COMPRASNET</i>						328.320,45

22.2. O serviço será remunerado por meio de uma taxa aplicada sobre o montante, em Reais, do valor dos serviços e/ou peças efetivamente fornecidos (considerados os descontos ofertados). Essa unidade de medida para a contratação será definida como “Taxa de Administração (%)”.

22.3. Dado a relação existente na cadeia de negócios decorrentes desse segmento de mercado, o edital da licitação deverá prever a possibilidade de aceitabilidade dos preços com deságio, ou seja, recebimento de ofertas com descontos sobre os preços da mão de obra e/ou das peças, o que configura a possibilidade de cotação de taxa de administração negativa.

22.4. A consolidação da pesquisa de preços e a memória de cálculo constam no documento de fls. 367 a 371 e resultou nos seguintes valores estimados:

- O valor estimado mensal do contrato é de R\$ 16.416,02 (dezesesseis mil, quatrocentos e dezesesseis reais e dois centavos);
- O valor total estimado para 20 (vinte) meses é de R\$ 328.320,45 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos).

22.5. O valor máximo admitido para a aquisição do objeto será o mesmo apresentado como valor total estimado para 20 (vinte) meses.

## 23 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/170116

Fonte: 0150231030

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001



Elemento de Despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
PI: OUTRCUSTEIO

24 APÊNDICES AO TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A SEREM COBERTOS PELA REDE DE OFICINAS  
CREDENCIADOS, RELAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 7ª RF E  
RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA 7ª RF

APÊNDICE II – ESTUDOS PRELIMINARES

Rio de Janeiro, RJ (*datado digitalmente*)

MARIANA ALVES GASPAR DINIZ

Matrícula 2123445

SRRF07/Dipol/Sepol

Equipe de Planejamento

(*assinatura digital*)

MARIANI VIGANOR DA SILVA SANT ANA

Matrícula 1719973

SRRF07/Dipol/Sepol

Equipe de Planejamento

(*assinatura digital*)

MARCO AURÉLIO CASTRO PIMENTA

Matrícula 1181587

SRRF07/Dipol/Secon

Equipe de Planejamento

(*assinatura digital*)

RAFAEL DE AMORIM ABREU

Matrícula 1799122

SRRF07/Dipol/Secon

Equipe de Planejamento

(*assinatura digital*)

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA

TABELA I - RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A SEREM ATENDIDOS A PARTIR DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS  
SERVIÇOS (ATÉ 15 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO, A  
CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO)



Cidade / Estado	Quantitativo mínimo de Oficinas
Rio de Janeiro / RJ	10 Oficinas (No mínimo 1 (uma) destas oficinas deverá estar situada a aproximadamente 10 km do prédio-sede do Ministério da Economia no RJ - Av. Presidente Antônio Carlos nº 375, Centro, Rio de Janeiro/RJ e 1 (uma) a aproximadamente 10 km do prédio-sede da DRF/RJII - Ed. Península Corporate, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ)
Niterói / RJ	3 Oficinas
Cabo Frio / RJ	1 Oficina
Nova Iguaçu / RJ	3 Oficinas
Volta Redonda / RJ	3 Oficinas
Campos dos Goytacazes / RJ	3 Oficinas
Macaé / RJ	3 Oficinas

TABELA II - RELAÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS DA 7ª REGIÃO FISCAL

UNIDADE	ENDEREÇO	Chefe	TELEFONE	E-MAIL PARA CONTATO
DIPOL – Divisão de Programação e Logística - Superintendência Regional da 7ª RF	Av. Presidente Antônio Carlos nº 375, Sala 320, Centro, Rio de Janeiro/RJ, (Edifício Sede do Ministério da Fazenda - RJ), CEP 20020-909	Márcia Rita Coluchi Cavalcante (Chefe Dipol)	(21) 3805-2371	Marcia-Rita.Cavalcante@rfb.gov.br
DIREP - Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Superintendência Regional da 7ª RF	Sede Aeroporto: Ponta do Galeão, s/n, 3º andar (prédio administrativo), Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ	Ewerson Augusto da Rocha Chada (Chefe Direp)	(21) 3398-6243	ewerson.chada@rfb.gov.br
DRF/RJII - Delegacia da Receita Federal	Av. João Cabral de Mello Neto nº 400 / 4º andar, Ed. Península	Gilberto Bezerril (Chefe Sepol)	(21) 3434-7328	gilberto.bezerril@rfb.gov.br





do Brasil no Rio de Janeiro II	Corporate, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ			
ALF/IGI – Alfândega de Itaguaí	Estrada Ilha da Madeira, s/n, Prédio Institucional, Ilha da Madeira, Itaguaí/RJ, CEP 23826-600	Élcio Ferreto da Silva (Delegado)	(21) 2688-9262	elcio.f.silva@rfb.gov.br
ALF/GIG – Alfândega do Galeão	Ponta do Galeão, s/n, 3º andar, Prédio Administrativo Riogaleão, Ilha do Governador - Rio de Janeiro – RJ, CEP 21941-520	Joana Aparecida Lages (Delegada)	(21) 3398-6262 (21) 3398-6270	Joana.Lages@rfb.gov.br
ALF/RJO - Alfândega do Porto do Rio de Janeiro	Av. Rodrigues Alves nº 81, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ	Fabiano Martins Marques (Chefe Sapol)	(21) 3262-7130	fabiano.marques@rfb.gov.br
DRF/NIT - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói	Rua Almirante Teffé, nº 668, Centro, Niterói/RJ.	Valtair Gusmão da Silva (Chefe Sepol)	(21) 3906-7341	valtair.silva@rfb.gov.br
ARF/Cabo Frio – Agência da Receita Federal do Brasil em Cabo Frio	Avenida Assunção nº 360, Loja 02, Centro, Cabo Frio/RJ, CEP 28906-200	Carlos Tunas Santiago (Agente)	(22) 2645-4493 (22) 2643-1285 (22) 2643-1574 (22) 9833-1759	carlos.santiago@rfb.gov.br
DRF/NIU - Delegacia da Receita Federal em Nova Iguaçu	Rua Ataíde Pimenta de Moraes n ° 220, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26210-190	Fillipe Crespo Vieira (Chefe Substituto Sepol)	(21) 3759-8153	fillipe.vieira@rfb.gov.br
DRF/VRA - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Volta Redonda	Rua Dezesesseis nº 73, Vila Santa Cecília, Volta Redonda/RJ, CEP 27260-110	Nelson Santos Rocha (Chefe Sapol)	(24) 3340-6100	nelson.rocha@rfb.gov.br
IRF/CGZ - Inspetoria de	Avenida Rui Barbosa nº 975, Centro, Campos	Maria Teresa Ribeiro Muniz	(22) 2101-8349 (22) 2101-8348	maria-teresa.sampaio@



Campos dos Goytacazes	dos Goytacazes/RJ, CEP 28005-010	Sampaio (Chefe Gestão Corporativa)	(22) 2101-1201	rfb.gov.br
IRF/MCE - Inspetoria da Receita Federal de Macaé	Rua Governador Roberto Silveira, S/N, Centro, Macaé/RJ.	Wilson Pereira Machado Junior (Chefe Gestão Corporativa)	(22) 2791-8370	wilson.machado@ rfb.gov.br

**TABELA III – RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENES À FROTA DA 7ª REGIÃO FISCAL**

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	PLACA	TIPO	CATEGORIA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
SRRF07	SRRF07	RENAULT FURGÃO	2005	KZU1703	Carga	Veículo Pesado - Van	Regular
SRRF07	SRRF07	GM PRISMA	2009	JNH3734	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	WV CAMINHÃO 8150	2005	KZR0595	Carga	Veículo Pesado - Caminhão	Regular
SRRF07	SRRF07	FIAT DUCATO	2009	AQZ0544	Van 16 passageiros	Veículo Pesado - Van	Regular
SRRF07	SRRF07	TOYOTA COROLLA	2006	HEE2166	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	NISSAN FRONTIER	2005	KUL8131	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	NISSAN FRONTIER	2013	ARF7604	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	SRRF07	RENAULT CLIO	2005	KZU1431	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	RENAULT CLIO	2005	MLQ9747	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	GM BLAZER	2004	ALS9273	Passageiro	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	FIAT DOBLO	2005	KKD7369	Passageiro	Veículo	Regular



						Leve	
SRRF07	SRRF07	DODGE JOURNEY	2009	KOL6605	Passageiro	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	RENAULT SCENIC	2001	KWY3761	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	FIAT DUCATO	2011	ASK5997	Carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPK8798	Passageiro + Carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	SRRF07	GM VECTRA	2008	AQC4558	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	NISSAN FRONTIER	2013	KOU6222	Passageiro + Carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	NISSAN FRONTIER	2013	KOU6225	Passageiro + Carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	DIREP	FORD RANGER	2005	KZW0975	Passageiro + Carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	DIREP	RENAULT CLIO	2005	LUV2689	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	DIREP	RENAULT CLIO	2005	LVD3155	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	DIREP	RENAULT FURGÃO	2005	KWI0821	Carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPN5391	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DIREP	NISSAN X-TERRA	2005	KZT0789	Passageiro	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	DIREP	MITSUBISHI TRITTON	2013	LQU4370	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	SRRF07	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPK8799	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DIREP	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPK8800	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DIREP	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPK8801	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo



SRRF07	DIREP	FIAT MAREA	2005	KZQ1155	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	DIREP	FIAT MAREA	2005	LSX1427	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	DIREP	MITSUBISHI TRITTON	2013	LRL4866	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DIREP	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPK8802	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DIREP	NISSAN FRONTIER	2012	KOU6227	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	DIREP	MERCEDES/FURGÃO	2010	JJL6508	Carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	SRRF07	HONDA/FALCON	2005	LPE1322	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	DIREP	RENAULT/MASTER	2005	KZR3395	Passageiro	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	SRRF07	VW VOYAGE	2011	ATY3487	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	ALFIGI	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPY3170	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	ALFIGI	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPN5389	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	ALFIGI	MITSUBISHI TRITTON	2013	KPN5390	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	ALFIGI	MITSUBISHI TRITTON	2013	KQW2741	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DRFRJ2	TOYOTA HILUX	2010	MTL 6825	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	DRFRJ2	CHEVROLET PRISMA	2012	KNZ6325	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	DRFRJ2	WV SPACE FOX	2007	APQ0190	Passageiro	Veículo Leve	Ótimo
SRRF07	DIREP	FIAT MAREA	2005	KVR1192	Passageiro	Veículo Leve	Regular
SRRF07	SRRF07	CHEVROLET PRISMA	2016	LSK2979	Passageiro	Veículo Leve	Ótimo



SRRF07	SRRF07	FIAT DUCATO	2014	FQA7096	Passageiro	Veículo Pesado	Ótimo
SRRF07	ALFRJO	MITSUBISHI L200	2013	KPW2815	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFRJO	MITSUBISHI L200	2013	LSL5019	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFRJO	MITSUBISHI L200	2013	KPK8805	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFRJO	MITSUBISHI L200	2013	LRZ5219	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFRJO	MITSUBISHI L200	2013	LSN5168	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFRJO	RENAUT CLIO	2005	KZT2831	Passageiro	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFGIG	NISSAN FRONTIER	2012	KVR8213	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
SRRF07	ALFGIG	NISSAN FRONTIER	2012	KVR8214	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFGIG	NISSAN FRONTIER	2012	LQH8630	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFGIG	NISSAN FRONTIER	2012	LQH8629	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFGIG	NISSAN FRONTIER	2012	KOU6228	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
SRRF07	ALFGIG	MITSUBISHI L200	2013	LBS5404	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFGIG	MITSUBISHI L200	2013	LSD4770	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
SRRF07	ALFGIG	RENAUT MASTER	2005	KZU1584	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
SRRF07	ALFGIG	FORD RANGER	2005	KZW0975	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIU	DRFNIU	RENAULT/MASTER BUS16 DCI	2005	LUX2819	Passageiro + carga	Veículo Pesado - Van	Bom
DRFNIU	DRFNIU	MMC/L200 TRITON	2013	KPK8803	Passageiro +	Veículo	Bom



		3.2 D			carga	Pesado	
DRFNIU	DRFNIU	NISSAN/FRONTIER XE 4X4	2012	KOU6223	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIU	DRFNIU	VW/POLO SEDAN 1.6	2011	AUZ6950	Passageiro	Veículo Leve	Bom
DRFNIU	DRFNIU	FIAT/LINEA ABSOL. 1.8 DL	2011	ATX0774	Passageiro	Veículo Leve	Regular
DRFVRA	DRFVRA	GM/S10 COLINA D 4X4	2006	MEP0969	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
DRFVRA	DRFVRA	MMC/L200 TRITON 3.2 D	2013	KWA7430	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFVRA	DRFVRA	NISSAN/FRONTIER XE 4X4	2013	KOU6C26	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Regular
DRFNIT	DRFNIT	RENAULT/MASTER	2005	LUW2687	Passageiro	Veículo Pesado - Van	Regular
DRFNIT	DRFNIT	MITSUBISH L200/TRITON	2013	KPK7469	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIT	DRFNIT	HYUNDAI/SANTA FÉ	2015	MMM0817	Passageiro	Veículo Leve	Bom
DRFNIT	EADCFO	MITSUBISH L200/TRITON	2013	KPK7468	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIT	IRFMCE	FIAT/PALIO WEEKEND	2008	AOE0045	Passageiro	Veículo Leve	Regular
DRFNIT	IRFMCE	NISSAN/FRONTIER	2012	KVR8212	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIT	IRFMCE	MITSUBISH L200/TRITON	2013	LSJ5004	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIT	IRFCGZ	RENAULT/MASTER	2005	LBW4676	Passageiro	Veículo Pesado - Van	Regular
DRFNIT	IRFCGZ	MITSUBISH L200/TRITON	2013	OVF7611	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIT	IRFCGZ	MITSUBISH L200/TRITON	2013	KQF9790	Passageiro + carga	Veículo Pesado	Bom
DRFNIT	IRFCGZ	NISSAN/FRONTIER	2005	LW4675	Passageiro +	Veículo	Regular



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Receita Federal

					carga	Pesado	
--	--	--	--	--	-------	--------	--

APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR





## 1 INTRODUÇÃO

- 1.1. Conforme diretrizes da IN SEGES/MP nº 05/2017, os procedimentos iniciais do Planejamento da Contratação consistem nas atividades de elaboração do documento de formalização da demanda (DFD) pelo setor requisitante do serviço; envio do DFD ao setor de licitações; e designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitações.
- 1.2. Com base no planejamento, serão realizados os estudos preliminares, que devem prever, quando couber, o conteúdo disposto no artigo 24, § 1º da IN SEGES/MP nº 05/2017, observado ainda o § 2º do referido artigo.
- 1.3. Concluídos os estudos preliminares, será realizado o gerenciamento de riscos da contratação com a identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.
- 1.4. Por fim, será elaborado o Termo de Referência, com base nos estudos preliminares e no gerenciamento de riscos, conforme diretrizes do Anexo V, da IN 05/2017, objetivando a seleção de fornecedor que melhor atenda às necessidades da Administração.
- 1.5. Nesse contexto, a Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo Documento de Formalização de Demanda anexo a este e-processo, elaborou o presente documento de Estudos Preliminares, com base no Anexo III, da IN SEGES/MP nº 05/2017, nos termos seguintes.

## 2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A realização de manutenção veicular (corretiva e preventiva), serviço de natureza contínua, é fundamental para a preservação das condições de qualidade e funcionamento da frota oficial da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal – SRRF07 e das demais unidades da RFB na 7ª Região Fiscal, prolongando a vida útil e durabilidade do patrimônio público e a segurança dos seus agentes em serviço;
- 2.2. Atualmente os serviços de manutenção da frota veículos são prestados por oficina mecânica local contratada por meio de procedimento licitatório. Ocorre que, em várias dessas unidades a participação de oficinas mecânicas em pregões eletrônicos é pequena, não permitindo a obtenção de preços mais vantajosos, quando não inexistente.
  - 2.2.1 Além disso, quando os veículos de qualquer das unidades se deslocam fora dos seus municípios-sede, ficam a descoberto de serviços de reparos, salvo no caso de estarem, no município sede de outra das unidades, o que é comum, mas não atende a maioria dos casos.
- 2.3. Logo, a atual sistemática não proporciona um atendimento satisfatório às necessidades de manutenção da frota de veículos para que a RFB desempenhe a contento suas atividades institucionais.
- 2.4. A contratação de prestação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos, abrangendo automóveis tipo passeio, pick-ups, vans, furgão e caminhão, de fabricação nacional e importados, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, incluindo o fornecimento e instalação de peças



e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, lubrificantes, alinhamento de direção, balanceamento, pneus, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho para veículos leves e pesados, etc., visa atender as necessidades da SRRF07 e das demais unidades da RFB na 7ª Região Fiscal na realização de suas atividades regimentais, conforme Documento de Formalização de Demanda elaborado pela Divisão de Programação e Logística, o qual encontra-se juntado ao processo.

- 2.5. Além disso, a frota de veículos da RFB na 7ª Região Fiscal é extremamente diversificada, contendo automóveis tipo passeio, pick-ups, vans, furgão e caminhão, de fabricação nacional e importados. Podendo, inclusive, haver necessidade de que cada unidade da RFB tenha que licitar itens distintos, em face da diversificação da frota.
- 2.6. Os serviços deverão ser prestados nos municípios onde se encontram as unidades da Receita Federal na 7ª Região Fiscal (relação de localidades – Anexo ao Termo de Referência).
- 2.7. A contratação deverá ser extensiva a veículos não pertencentes à frota da RFB da 7ª Região Fiscal como, por hipótese, a manutenção para deslocamentos com segurança de veículos apreendidos, e de veículos da RFB de outras Regiões Fiscais em deslocamento pelo Estado do RJ. Também estarão compreendidos no objeto da licitação, veículos de outros Órgãos Públicos prestando serviços à RFB.
  - 2.7.1 A prestação dos serviços no que se refere aos veículos que não fazem parte da frota (mencionados no subitem anterior) será efetivada em conformidade com a sistemática da contratada, tipo cadastro coringa.
- 2.8. Assim, pela sistemática de contratação pretendida, haverá uma rede de oficinas e centros automotivos credenciados para realização da manutenção preventiva e corretiva da frota, promovendo a otimização, padronização e racionalização no processo de manutenção dos veículos das unidades, em caráter contínuo e ininterrupto, visando reduzir custos e eliminando processos, bem como possibilitando a agilidade na manutenção de qualquer tipo de veículo.
- 2.9. A sistemática de contratação de empresa de gerenciamento e administração da frota de veículos, que conte com dezenas/centenas de oficinas credenciadas, é a opção que melhor atende às necessidades da Administração.
- 2.10. A manutenção a ser contratada será para 81 (oitenta e um) veículos da frota constantes nesta data, podendo abranger veículos da RFB de outras Regiões Fiscais em trânsito nesta Região Fiscal e até veículos não pertencentes à frota, conforme já exposto acima.

### 3 ÁREA REQUISITANTE

- 3.1. A demanda foi formalizada pela Divisão de Programação e Logística da SRRF07.

### 4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

- I. Ampla rede de oficinas e centros automotivos em âmbito regional e nacional;



II. Gerenciamento da manutenção (análise de quilometragem, controle detalhado dos serviços prestados e peças utilizadas, etc.);

III. Disponibilização, em tempo real (online), via sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada manutenção realizada;

IV. Atendimento às normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC);

V. Centralização da contratação e da gestão do contrato.

#### 4.2. Definição e Justificativas da natureza continuada do serviço:

4.2.1 Os serviços de gerenciamento e administração da frota de veículos para fins de manutenção preventiva e corretiva são considerados de natureza continuada pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade desta Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional da RFB.

4.2.2 As atividades finalísticas da RFB são ininterruptas, inclusive em finais de semana e feriados, notadamente na área aduaneira, que operam sem cessar, bem como as operações de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho, necessitando que os veículos estejam sempre à disposição, a qualquer dia do ano.

#### 4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

4.3.1 A CONTRATADA deverá atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo art. 3º da Lei 8.666/93, pela Lei nº 12.305/10, pela IN MPOG/SLTI Nº 01/2010, pelo Decreto nº 7.746/12, pela IN MPOG/SLTI Nº 10/12, e pela Portaria MF nº 507/14 nos assuntos pertinentes a presente contratação.

4.3.2 A sustentabilidade social se baseia na adoção, pela Contratada, das melhores condições de trabalho e a sustentabilidade ambiental se define pelo valor da ecoeficiência dos processos produtivos, ou seja, produzir mais com menos recursos, buscando a não contaminação de qualquer tipo de ambiente natural.

4.3.3 Nos assuntos pertinentes à presente contratação, para a plena adequação do estabelecimento à legislação vigente, a Contratada deverá, preferencialmente, credenciar oficinas e centros automotivos que:

4.3.3.1 Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;

4.3.3.2 Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

4.3.3.3 Adotem prática de descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;



- 4.3.3.4 Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;
- 4.3.3.5 Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, bem como utilizem-se de alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;
- 4.3.3.6 Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil polibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### 4.4. Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

- 4.4.1 A contratação em tela terá vigência inicial de 20 (vinte) meses, a contar do dia 01/02/2022, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses. As justificativas para adoção do prazo inicial de vigência de 20 (vinte) meses são as seguintes:

- 4.4.1.1 O Anexo IX, item 12 da IN Seges/MPDG nº 5/2017 assim dispõe sobre o tema:

*12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:*

*a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;*

*b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e*

*c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.*

- 4.4.1.2 A Orientação Normativa da Advocacia-Geral da União – AGU nº 1, assim dispõe sobre o tema: “A vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro”.

- 4.4.1.3 A Orientação Normativa da Advocacia-Geral da União – AGU nº 38, assim dispõe sobre o tema: “Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente.”

- 4.4.1.4 O art. 57 e seu inciso II da Lei nº 8.666/1993, apenas se limita a dizer “... que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos...”, ou seja, não obrigou a celebrar contratos por exatamente 12 (doze) meses. A exigência de contrato por 12 meses só teria sentido se seu prazo inicial fosse de 1º de janeiro a 31 de dezembro, não podendo ser ultrapassado o exercício financeiro, entendimento esse que não mais é acolhido. Assim, a celebração de contratos de serviços continuados com prazo inicial de vigência de 15 (quinze) ou 20 (vinte) meses está aderente ao comando legal.

- 4.4.1.5 O PARECER/PGFN/CJU/Nº 690/2007, datado de 09/04/2007, forneceu amparo jurídico no âmbito do Ministério da Fazenda para ultrapassar o exercício financeiro (31 de dezembro)



em serviços continuados, citando, inclusive, licitações do ex MPOG e do TCU que não observaram o 31 de dezembro.

4.4.1.6 O Tribunal de Contas da União - TCU já se manifestou em diversas ocasiões de que não há necessidade de observância do dia 31 de dezembro como limite do prazo de vigência inicial dos contratos de serviços continuados, nem de fixar o prazo inicial em 12 meses, como, por exemplo: Decisão nº 25/2000 – P (itens 9.2 a 9.4 do Relatório); Decisão nº 586/2002 – 2ª Câmara. (item 8.1.4, “e”, do Acórdão); Acórdão nº 1.191/2005 – P (itens 15 e 16 do Voto), Declaração de Voto no Acórdão nº 222/2006 - P e Acórdão nº 361/2006 – P (item 69 do Relatório).

4.4.1.7 O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 490/2012 do Plenário, analisou mais uma vez esse assunto, referente a um contrato de serviços continuados que teve o seu prazo inicial fixado por 24 meses, prorrogáveis. No item 6 da ANÁLISE, foi considerado regular a fixação do prazo em 24 meses. Porém, no item 6 do VOTO, assim se manifestou o Relator:

*6. Quanto ao prazo de duração do contrato, a lei não veda que os contratos de serviços continuados possam ser celebrados por prazo superior a 12 meses, o que, a princípio, permite que seja firmado por 24 meses. Contudo, existe jurisprudência no sentido de que, em observância ao que estabelece o dispositivo supracitado, os contratos de serviço de natureza continuada não devem ter prazo de vigência superior a 12 meses, de forma que as prorrogações sejam precedidas de avaliação técnica e econômica, que demonstrem as vantagens e o interesse da Administração em manter a contratação (Acórdãos 1.467/2004-1ª Câmara, 1.626/2007-Plenário, 1.259/2010-Plenário, 5.820/2011-2ª Câmara).*

*7. Assim, considerando que a regra é a contratação por prazo de 12 meses, com sucessivas prorrogações, a contratação por prazo maior de 12 meses somente deve ser adotada em casos justificados, onde fique demonstrado o benefício advindo desse ato para a Administração. Os elementos encaminhados pela CEF demonstram que houve a devida justificativa para a fixação do prazo contratual em 24 meses, conforme o seguinte excerto:*

...

*8. Temos, portanto, que a fixação do prazo contratual em 24 meses guardou plena consonância com a legislação aplicável e com o entendimento deste Tribunal, não incorrendo a Caixa em qualquer irregularidade.*

4.4.1.8 O Tribunal de Contas da União – TCU enfrentou esse assunto – prazo de vigência inicial dos serviços continuados – no Acórdão nº 1.214/2013, do Plenário, onde, no Voto do Relator, ao analisar as conclusões de um Grupo de Trabalho formado para formular propostas para melhorar as licitações e contratações de serviços continuados, assim se pronunciou:

*Prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços de forma contínua*

*85. O grupo afirma que a praxe na administração pública, por orientação do TCU, tem sido firmar esses contratos por 12 meses, possibilitando sua prorrogação por até 60 meses, conforme autorizado pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Defende o grupo, entretanto, que se deva permitir que esses contratos sejam firmados desde o início por 60 meses, entendendo que "quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com*



*isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços."*

*86. O grupo assevera, também, que ainda que o contrato seja assinado com prazo de 60 meses, a administração pode avaliar se ele deve ser mantido, a cada 12 meses, sob os pontos de vista econômico e de qualidade dos serviços. Propõe, então, que "verificadas as peculiaridades de cada serviço, os contratos de natureza continuada podem ser firmados, desde o início, com prazos superiores a 12 meses. Contudo, a cada doze meses devem ser avaliadas a necessidade e a qualidade dos serviços e se os valores estão compatíveis com os praticados pelo mercado".*

*87. O art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 não impede que contratos referentes a serviços de natureza continuada tenham seu prazo de vigência dimensionado em prazos superiores a 12 meses. A leitura de alguns julgados do Tribunal que trataram dessa questão indica que a principal preocupação desta Corte é evitar que a celebração de contratos por prazos muito longos (60 meses seria o caso extremo) possa colocar a administração em situação de fragilidade caso se verifiquem problemas durante a execução do contrato, notadamente em termos de qualidade na prestação dos serviços. A prorrogação a cada 12 meses seria um momento em que a administração avaliaria a vantajosidade em se manter aquele contrato (Decisão 148/96-Plenário, Acórdãos 1.467/2004-1ª Câmara, 490/2012-Plenário 525/2012-Plenário).(grifamos)*

*88. Por outro lado, é bastante razoável o argumento trazido pelo grupo de que a contratação já por prazo mais alongado poderia permitir a obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que as empresas teriam uma maior estabilidade na relação contratual. Essa segurança, entretanto, seria relativa, uma vez que o próprio grupo defende a possibilidade de a administração verificar periodicamente a necessidade, a qualidade e o preço dos serviços.*

*89. O que se verifica é a necessidade de equilíbrio entre dois aspectos: de um lado possibilitar à administração obter melhores preços ao firmar contratos com prazos de vigência superiores (e ainda reduzir custos administrativos para fazer eventuais prorrogações de 12 em 12 meses) e de outro possibilitar à administração avaliar periodicamente a qualidade e as condições econômicas daquela contratação e eventualmente não mais continuar a prestação dos serviços naquelas condições.*

*90. Com relação ao segundo aspecto, por mais que o grupo afirme que a vigência inicial de 60 meses não impede uma avaliação periódica do contrato por parte da administração, não se pode negar que é muito mais simples para a administração não prorrogar um contrato (até porque a prorrogação não se constitui direito do contratado) do que rescindir um contrato durante seu prazo de execução, medida que pode ser custosa e inclusive gerar ações judiciais.*

*91. Considerando que a legislação não determina expressamente que esse tipo de contrato deve ter prazo inicial de vigência de 12 meses, levando em conta os aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados com prazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta*





os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço.  
(grifamos)

92. No processo que culminou com a prolação do Acórdão 490/2012-Plenário, por exemplo, o Tribunal entendeu legítima a fixação de um prazo inicial de 24 meses, para a contratação de serviços especializados de prevenção e de combate a incêndio e pânico, tendo em vista o argumento apresentado pela entidade contratante de que, para aquele tipo de serviço, não era conveniente uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços.

4.4.1.9 O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 3.320/2013 da 2ª Câmara, também analisou o assunto se manifestando da seguinte forma:

*Voto do Relator*

15. Assiste razão parcial ao responsável quando afirma que um horizonte de prazo contratual maior leva à oferta de preços menores no caso do serviço em questão. Na verdade, existe a possibilidade de que a diminuição nos custos assumidos pelo prestador do serviço não afete o preço ofertado, por exemplo, quando há falhas de mercado, como a formação de cartéis ou monopólio. Deve-se considerar, inclusive, que prazos maiores fazem necessário investir maior esforço e recursos no controle da prestação dos serviços contratados, uma vez que aumentam os riscos de que o contrato não seja cumprido adequadamente. Além disso, ainda que mais econômica, pelos mesmos motivos, a contratação pode não atingir os objetivos almejados.

16. Assim, não basta presumir que a contratação por um maior prazo é mais econômica, como ocorreu neste caso. O prazo contratual deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra por esta Corte, de acordo com sua jurisprudência.

17. Observe-se que a legislação não proíbe esta conduta. Na jurisprudência por sua vez, está assente que, a priori, o limite de doze meses é interessante por que possibilita verificar, ao final de cada período, se é vantajosa a prorrogação do contrato. Acredita-se que este procedimento torna mais econômico, eficiente e eficaz a utilização do recurso público, na medida em que incentiva que os contratados se preocupem em prestar bons serviços com o interesse de que seu contrato seja prorrogado e evita a manutenção de contratos com prestadores de serviços inadimplentes, entre outras vantagens. No entanto, é possível que, em casos específicos, isso não se verifique.

18. Neste caso, não ficou demonstrado adequadamente o benefício proveniente do prazo estabelecido. Contudo, como afirmou a unidade técnica, há o risco de periculum in mora reverso. Assim resta determinar ao município que, em licitações futuras, o demonstre objetivamente tais benefícios. Ante o exposto Voto no sentido de que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à consideração deste Colegiado.

....

9.3 determinar ao Município de Jacareí que, sempre que entender pertinente firmar contratos a serem executados de forma contínua com prazo de vigência inicial superior a 12 (doze) meses, utilizando recursos federais, justifique o prazo estabelecido, demonstrando os





*benefícios para a Administração, considerando os aspectos relacionados a economia, eficiência e eficácia;*

- 4.4.1.10 O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 1.386/2014 do Plenário, referente a um contrato de serviços continuados que teve o seu prazo inicial fixado por 36 meses, prorrogáveis. No item 6 da ANÁLISE, foi considerado regular a fixação do prazo em 36 meses. Assim se manifestou o Relator em seu Relatório:

*12. Com relação ao eventual excesso de prazo previsto para a execução contratual, concordo com a SecexEstataisRJ que “uma vez que o objeto licitado é aparentemente caracterizado por serviços de duração continuada, o prazo de 36 meses não vulneraria a lei de licitações e contratos (precedentes (AC-1159- 3/08-P, AC-1196- 15/06-1ªCâm, AC 0525-07/12-P, AC-1725-33/08-P, AC-1193-13/07-1ªCâm). A matéria, não obstante, merece ser melhor investigada.*

*Em seu Voto assim se manifestou o Relator:*

*17. Por derradeiro, impende frisar que o prazo de vigência contratual de 36 meses e a ausência de parcelamento para o objeto do certame foram devidamente esclarecidos no agravo. O prazo inicial superior a 12 meses encontra amparo na jurisprudência do TCU e foi tido como razoável para que as empresas interessadas em contratar com o poder público tivessem prazo maior para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo-se, com isso, mais atraídas pela disputa. Quanto à ausência de parcelamento, o próprio TCU já se debruçou sobre esse mesmo objeto em outra oportunidade (TC 014.248/2006-6) e concluiu pela licitude da contratação integrada (lote único).*

- 4.4.1.11 O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 1.932/2016 do Plenário, em análise do caso concreto cujo período inicial de vigência foi de 24 meses (em que este prazo não foi questionado), assim se manifestou o Relator, transcrevendo o Voto Revisor:

*13. A partir desse raciocínio, apesar de não ser regra, nada impede que, em face da redação do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, o contrato originário possa ter o prazo diferente de um ano.....*

- 4.4.1.12 No Acórdão TCU nº 1.845/2018-Plenário aceitou, para o caso concreto, o período de 30 (trinta) meses de contrato.

- 4.4.1.13 O Superior Tribunal de Justiça – STJ, no REsp nº 474.781/DF, ao analisar um contrato fixado, de início, em 60 meses, assim se pronunciou:

*Ainda que assim não fosse, o artigo 57, inciso II, da Lei de Licitações, estabelece que a prestação de serviços executados de forma contínua poderá ter sua duração prorrogada até o limite de sessenta meses. Prevê, ainda, que essa prorrogação dar-se-á por iguais e sucessivos períodos, o que demonstra que a fixação ab initio do prazo de sessenta meses, como ocorreu no caso em análise é ilegal. Nesse sentido, cumpre transcrever trecho do ilustre parecer do douto Ministério Público, in verbis: ...Ora, duração prorrogada, não é duração estabelecida já de início. Se for fixado de início o prazo máximo de sessenta meses admitidos pela lei, então não haveria que se falar em prorrogação, Esta irrefragavelmente, pressupõe o término de um prazo ...*



- 4.4.1.14 O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, Lucas Rocha Furtado, assim escreveu em sua obra:

*Outra questão relacionada à vigência dos contratos de serviço de execução continuada diz respeito à possibilidade de ele poder ser celebrado com prazo de vigência de 36 meses, ou mesmo de 60 meses.*

*Parece-nos lícito admitir que os contratos de serviço de execução continuada possam ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 meses, o mesmo sendo válido para as eventuais prorrogações, observado o limite de 60 meses. Para que não se observe o padrão de vigência de 12 meses, é necessário, todavia, que se justifique a adoção de prazo diverso tendo em vista a obtenção de vantagens para a Administração Pública. Ou seja, se o gestor decide por seguir o padrão e celebra o contrato de serviço contínuo com vigência de 12 meses, não necessita justificar porque adotou o prazo padrão; adota-se prazo distinto, deve justificar as vantagens que podem advir da sistemática adotada.” (Furtado, L.R. Curso de Licitações e Contratos Administrativos, p. 413. Belo Horizonte, Fórum, 2012).(OBS. O texto sublinhado não apareceu nesta edição, fruto, com certeza, de um equívoco de digitação)*

- 4.4.1.15 Assim se pronunciou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com âmbito no Ministério da Fazenda, no Parecer PGFN/CJU/COJLC/Nº 780/2011:

*29.4. Com efeito, não se vislumbra óbice jurídico a que o contrato tenha sua vigência inicial estipulada em prazo superior a doze meses pelos seguintes motivos: (I) por expressa dicção legal, em se tratando de serviços continuados não está a avença adstrita à vigência dos créditos orçamentários; (II) na norma que rege a matéria não há a exigência de prazo mínimo de doze meses; (III) segundo o inciso II do artigo 57, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a prorrogação terá por objetivo a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.*

*29.5. Entretanto, apesar de não haver óbice à contratação superior a 12 (doze) meses, deve-se ter sempre em mente que quanto maior o prazo de duração do contrato, maior a possibilidade de mudanças no mercado. Como essa análise de vantajosidade só é feita antes da prorrogação, um prazo de vigência grande pode levar à manutenção de um contrato desvantajoso. Assim, recomenda-se que a Administração justifique o prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, demonstrando a continuidade da vantajosidade para a Administração.*

- 4.4.1.16 Constata-se que a fixação do prazo de vigência originário do contrato em 20 (vinte) meses tem trazido benefícios para a Administração, inclusive projetando para o caso concreto, pois:

I. propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 12 meses, ou seja, possibilidades de prestação de serviços por mais tempo, podendo diminuir o lucro mensal, porém, tendo um horizonte de contrato maior;

II. permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo, com isso, mais atraídas pela disputa;

III. reduz os custos administrativos em face da redução de 2 (dois) procedimentos de prorrogação do contrato, supondo um contrato com duração de 60 meses, o que economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria, como da Assessoria Jurídica, todos



já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos, com reflexos econômicos inclusive na publicação de extratos de termos aditivos de prorrogação. Com a inflação controlada não há prejuízos em suprimir dois procedimentos de prorrogação.

4.4.1.17 Assim, considera-se justificado o estabelecimento de 20 (vinte) meses para o prazo inicial do contrato.

4.5. Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.5.1 Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

## 5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que poderiam, em tese, atender os requisitos especificados para a contratação:

- a) Contratação dos serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos da 7ª Região Fiscal, através de implementação e/ou operação de sistema informatizado, disponibilizado em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais até o limite de 60 (sessenta) meses.
- b) Contratação de oficinas mecânicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, sendo esta a solução adotada por muitos anos e que tem mostrado algumas dificuldades na prestação dos serviços, em face da capilaridade da RFB (Delegacias, Inspetorias e Agências) e suas atividades operacionais na área aduaneira, como por exemplo, a eventual necessidade de manutenção corretiva de veículo(s) se deslocando em viagem ou em operações aduaneiras (que podem ser no período noturno), em que não é possível a realização do serviço, pois só é possível a realização desses serviços na oficina contratada pela unidade responsável pelo veículo. Além disso, outro problema enfrentado por algumas unidades, é a impossibilidade de contratação de oficinas mecânicas, em cidades em que há número reduzido de estabelecimentos e esses não estão aptos a participarem de licitações ou ainda não têm interesse em se habilitarem, pois, os quantitativos a serem contratados por essas unidades, individualmente, não são atrativos a essas empresas. Portanto, esse modelo, para a situação específica da RFB, tem se mostrado ineficaz, antieconômico, improdutivo, e por que não dizer, arcaico.

Como se sabe, as oficinas contratadas por essa modelagem, em sua maioria, não dispõem de todos os serviços necessários para manutenção dos veículos, assim, a subcontratação é inerente a esse tipo de contratação, o que acarreta custos mais elevados para a Administração, pois a oficina subcontratada emite nota fiscal e a contratada também pelo mesmo serviço.



c) Locação de veículos com motorista, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos. Esta alternativa não é interessante para a Receita Federal em face da necessidade de sigilo em suas operações, além de não ser econômica, eis que a RFB incorpora muitos veículos apreendidos, não despendendo recursos para suas aquisições.

5.2. A solução que melhor atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos da 7ª Região Fiscal, através de implementação e/ou operação de sistema informatizado, disponibilizado em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais até o limite de 60 (sessenta) meses, em face das seguintes justificativas:

I. A Secretaria da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal possui, dentre outras, a atribuição de vigilância aduaneira e repressão ao contrabando e descaminho, claramente tipificada na legislação vigente e definida em suas diretrizes institucionais, entre as quais consta a intensificação das atividades de repressão aos ilícitos fiscais e aduaneiros e almeja, entre outros objetivos gerais, aumentar a eficácia da fiscalização, vigilância e repressão;

II. Cabe ressaltar que estas atividades típicas de Estado necessitam de uma logística específica e, preferencialmente, infalível para fazer frente às ações criminosas que estão por trás das atividades de contrabando, por exemplo, de drogas, de armas e de produtos falsificados, como também nas atividades caracterizadas como descaminho;

III. Com isso a necessidade de serviços de manutenção poderá ocorrer em diversas cidades do Rio de Janeiro, conforme relação de localidades que será incluída no Termo de Referência, tendo em vista deslocamento de servidores;

IV. A contratação de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas a serem estabelecidas, e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo a manutenção das condições necessárias para que a RFB desempenhe suas funções institucionais;

V. Proporciona flexibilidade do sistema de manutenção da frota;

VI. Permite a evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise dos dados;

VII. Permite o gerenciamento dos serviços de manutenção da frota por empresa especializada em gestão, o que pode propiciar ganho de eficiência;

VIII. Proporciona a padronização dos serviços prestados;

IX. Proporciona atendimento tempestivo das demandas, em especial quando da necessidade de deslocamentos dos veículos pelo território do estado, ou em âmbito regional ou nacional;

X. Proporciona pronta disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade;

XI. Permite redução, ou mesmo supressão, do uso constante de suprimentos de fundos para realizar os serviços de manutenção, lavagem e guincho;



XII. Evita a delimitação de localização de oficinas que possam atender a frota, uma vez que a maior abrangência da rede credenciada de oficinas e centros automotivos possibilita o atendimento dos veículos inclusive em cidades do interior ao realizar fiscalizações;

XIII. Proporciona segurança por meio de senha eletrônica;

XIV. Proporciona maior controle de pagamento e facilitação da fiscalização do contrato;

XV. Viabiliza um sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, inclusive em cidades do interior, possam credenciar-se junto à empresa gerenciadora contratada pela Administração;

XVI. Proporciona redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);

XVII. Resulta na redução do número de processos licitatórios e de dispensa;

XVIII. Permite a possibilidade de prorrogação do contrato, por ser um serviço continuado;

XIX. Viabiliza a redução do uso de servidores da RFB fora das atividades fins; e

XX. Proporciona uma maior preservação do Patrimônio Público.

- 5.3. É usual, em toda a Administração Pública, a contratação de serviços de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos, em consonância com os critérios adotados, onde estão incluídos os pagamentos pelos serviços prestados em cada local de execução e pelos materiais efetivamente empregados.
- 5.4. Em pesquisa de mercado, foram encontradas diversas empresas que atendem à solução pretendida, como TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A., PRIME CONSULTORIA EMPRESARIAL E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., LABIS & PAHIM LTDA., LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI, BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA., NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI, GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA., TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S/A, e outras.
- 5.5. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.
- 5.6. Para a contratação dos serviços continuados de manutenção corretiva e preventiva para a frota de veículos da 7ª Região Fiscal, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.
- 5.7. Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



- 6.1. A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, pelo prazo de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 6.2. O quantitativo a ser contratado atenderá 81 (oitenta e um) veículos, quantitativo atual da frota oficial, bem como os veículos não pertencentes à frota da RFB da 7ª Região Fiscal, tais como veículos apreendidos, veículos da RFB de outras Regiões Fiscais em deslocamento pelo Estado do RJ e veículos de outros Órgãos Públicos prestando serviços à RFB.
- 6.3. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o serviço de gerenciamento e administração da frota de veículos, para manutenção preventiva e corretiva, por meio de rede credenciada de oficinas e centros automotivos, localizados em âmbito estadual, regional ou nacional. Na prática, o agente público autorizado efetua o serviço de manutenção do veículo em qualquer das oficinas credenciadas pela empresa gerenciadora, via sistema informatizado, obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos, preços praticados, identificação do usuário e dos prestadores de serviços.
- 6.4. O gerenciamento e controle de todas as operações efetuadas serão mais eficazes por meio de rede credenciada, garantindo maior transparência. O sistema também proporciona ao gestor do contrato melhor agilidade nas cotações junto às empresas da rede credenciada. O sistema propiciará também o completo gerenciamento da situação de cada veículo, quanto aos custos envolvidos e os serviços de manutenção realizados.
- 6.5. A cobertura da rede de oficinas deve garantir a disponibilidade e ampla cobertura de atendimento, sem que seja necessária utilização de outros meios para suprir eventuais necessidades.
- 6.6. A contratação tradicional, ou seja, de uma única oficina, vencedora da licitação, obriga a Administração contratante a efetuar as manutenções de seus veículos no âmbito exclusivo desse estabelecimento. O modelo de contratação de empresa gerenciadora possibilita que uma rede de oficinas credenciadas em várias localidades atenda à demanda da Administração, onde a necessidade surgir, evitando-se o uso de suprimento de fundos, sujeito a excessos e impropriedades.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1. Para determinação das quantidades a serem contratadas na licitação, foi utilizado como base o atual contrato da SRRF07, o qual abarca a maior parte dos veículos objeto da licitação pretendida.
- 7.2. A consolidação dos valores é a seguinte:



Contrato DRF/RJ nº 05/2017				
Nº Veículos	Peças Mensal	Serviços Mensal	Total Mensal	Total 12 Meses
61	R\$ 6.365,67	R\$ 4.693,49	R\$ 11.059,16	R\$ 132.709,32

Dados retirados do documento de fls. 62 a 64

Valor de Referência					
Nº Veículos	Peças Mensal	Serviços Mensal	Total Mensal	Total 12 Meses	Total 20 Meses
81	R\$ 8.452,77	R\$ 6.232,34	R\$ 14.685,11	R\$ 176.221,32	R\$ 293.702,20

Valor de Referência			
81 Veículos		15%	Valor Total
Peças Mensal		R\$ 8.452,77	R\$ 1.267,91
Serviços Mensal		R\$ 6232,34	R\$ 934,85

Considerações:

- I. Conforme documento fls. 41 a 60, o referido Contrato DRF/RJI nº 05/2017, foi celebrado na data de 01 de agosto de 2017, tendo como objeto inicial aos serviços de manutenção preventiva e corretiva para o total de 08 (oito) veículos, com valor de mensal de R\$ 11.059,16 (onze mil, cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), perfazendo o valor R\$ 132.709,93 (cento e trinta e dois mil, setecentos e nove reais e noventa e três centavos) para os 12 meses de vigência.
- II. Conforme Termo Aditivo nº 06/2021, documento de fls. 65 a 71, na data de 18/06/2021 houve a última alteração na relação de veículos abarcados pelo Contrato DRF/RJI nº 05/2017, passando-se ao total de 61 (sessenta e um) veículos.
- III. Conforme Termo Aditivo nº 07/2021, assinado em 26/07/2021, documento de fls. 72 a 77, temos que o valor do Contrato DRF/RJI nº 05/2017 permaneceu com o seu valor inicial de R\$ 11.059,16 (onze mil, cinquenta e nove reais e dezesseis centavos) mensais, perfazendo o valor R\$ 132.709,93 (cento e trinta e dois mil, setecentos e nove reais e noventa e três centavos) para os 12 meses de vigência.
- IV. Posto isto, para que o preço de referência a ser utilizado na licitação se coadune melhor com a realidade, será utilizada a metodologia da regra de três, tendo por base a propriedade da proporcionalidade em relação ao atual contrato da SRRF07.





- V. Foi utilizado como referência a média dos valores mensais e ao final da apuração, foi aplicado um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre este valor.
- VI. O acréscimo efetuado justifica-se para garantia da disponibilização dos serviços ao longo de toda a vigência do contrato, conforme justificativas abaixo:
- a) As restrições orçamentárias ocorridas nos exercícios anteriores, ocasionaram uma demanda reprimida nas rotinas de manutenção veicular obrigando os gestores dos contratos a priorizar a execução de serviços e substituição de peças, bem como a própria utilização dos veículos oficiais.
  - b) No exercício de 2020 e 2021 os deslocamentos foram também restringidos por conta dos efeitos da pandemia de Covid-19, o que diminuiu a utilização da frota e, por consequência os eventos de manutenção corretivas.
  - c) O contrato atual da SRRF07, utilizado como base para a estimativa do preço de referência se encontra desde 2017, data de sua assinatura, sem reajuste.
  - d) O envelhecimento normal da frota ocasiona, por si só um aumento nos eventos de manutenção corretiva e diminui os prazos entre os eventos de manutenção preventiva.
  - d) Também deve ser considerado que a contratação em tela preverá a utilização dos serviços para reparos essenciais e serviços de guincho, também para os veículos apreendidos em operações de vigilância e repressão, que ficam sob guarda-fiscal da RFB. Essa possibilidade trará enorme benefício em termos de segurança e agilidade no traslado desses veículos, o que abrirá a possibilidade de incrementar a duração e quantidade dos eventos de vigilância e repressão.
  - e) E ainda devem ser considerados gastos extras em face de veículos da RFB de outras Regiões Fiscais em trânsito no RJ, bem como de veículos de outros órgãos a serviço da 7ª RF que necessitem de manutenção corretiva.

**7.3. Utilização das informações das contratações anteriores:**

- 7.3.1 Conforme exposto acima, para determinação do preço de referência a ser utilizado na licitação, foi utilizado como base o valor do atual contrato da SRRF07, o qual abarca a maior parte dos veículos objeto da licitação pretendida.

**7.4. Memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte:**

- 7.4.1 Os memoriais de cálculo para estimativa de despesas com serviços de manutenção da frota nas unidades da 7ª RF e os documentos que lhes dão suporte constam do processo nos documentos de fls. 09 a 82.

**8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1. As estimativas de valores são os que constam da tabela a seguir:

VALORES ESTIMADOS PARA 20 MESES					
ITEM	Valor Estimado Mensal (R\$)	Valor Estimado para 20	Desconto (%)	Valor do Desconto	Valor Total Estimado para 20 Meses com



			Meses (R\$)			Desconto (R\$)
		A	B = (A x 20)	C	D = (B x C) / 100	E = (B - D)
Serviços continuados de gerenciamento e administração da frota Código do Item no CATSERV do SISG 25518	Peças	9.720,68	194.413,60	4,70	9.137,44	185.276,16
	Serviço	7.167,19	143.343,80	4,70	6.737,16	136.606,64
Total Estimado para 20 Meses com acréscimo de 15% - Sem a Taxa de Administração - F						321.882,80
Taxa de Administração Estimada				(%)	(R\$) - G	
				2,00	6.437,65	
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 20 MESES (R\$) H = (F + G) <b>* ESTE É O VALOR QUE DEVERÁ SER PREENCHIDO NO SISTEMA COMPRASNET</b>						328.320,45

- 8.2. O serviço será remunerado por meio de uma taxa aplicada sobre o montante, em Reais, do valor dos serviços e/ou peças efetivamente fornecidos (considerados os descontos ofertados). Essa unidade de medida para a contratação será definida como “Taxa de Administração (%)”.
- 8.3. No cálculo do preço de referência, a Taxa de Administração foi definida com base em pesquisa no Painel de Preços e em Pesquisa direta com Fornecedores (documentos de fls. 9 a 27 / 356 a 366), nos termos do inciso I e IV do art. 5º da IN Seges nº 73/2020, conforme metodologia apresentada nos documentos de fls. 367 a 371.
- 8.3.1 Os percentuais de desconto sobre o preço da mão de obra e das peças também foram objeto de pesquisa no Painel de Preços e em Pesquisa direta com Fornecedores, conforme mesmos documentos enumerados no Item 8.3.
- 8.4. O valor estimado global para 20 (vinte) meses, foi obtido a partir do valor médio mensal de despesas com mão de obra e peças envolvendo a manutenção dos 81 (oitenta e um) veículos, com a aplicação de um acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre este valor, garantindo assim, a disponibilização dos serviços ao longo de toda a vigência do contrato. Finalmente, para obtenção do valor global estimado, foram aplicados os descontos de 4,70(%) sobre o preço da mão de obra e de 4,70(%) sobre o preço das peças e acrescido o percentual de 2%, referente à taxa de administração estimada.
- 8.5. Dado a relação existente na cadeia de negócios decorrentes desse segmento de mercado, o edital da licitação deverá prever a possibilidade de aceitabilidade dos preços com deságio, ou seja, recebimento de ofertas com descontos sobre os preços da mão de obra e/ou das peças, o que configura a possibilidade de cotação de taxa de administração negativa.



8.6. A consolidação da pesquisa de preços e a memória de cálculo constam no documento de fls. 367 a 371 e resultou nos seguintes valores estimados:

- a) O valor estimado mensal do contrato é de R\$ 16.416,02 (dezesesseis mil, quatrocentos e dezesseis reais e dois centavos);
- b) O valor total estimado para 20 (vinte) meses é de R\$ 328.320,45 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos).

## 9 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A contratação dos serviços em item único, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

I. O objeto do certame é a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos das unidades da 7ª Região Fiscal. Os serviços de manutenção compõem item único, por guardarem óbvia similaridade.

II. A possibilidade de dividir-se as unidades da RFB na 7ª RF em itens separados, poderia até resultar em licitação deserta para esses itens, devido aos baixos quantitativos estimados de demanda, ou fracassada devido a preços ofertados acima de mercado.

III. Também a possibilidade de licitar em itens separados mão de obra e materiais não seria prático, pois haveria contratações interdependentes, que poderiam causar atrasos no serviço de manutenção, por conta de mora na entrega dos materiais necessários, prejudicando o conjunto da contratação.

IV. Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento;

V. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

VI. Redução de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos; e

VI. Redução de recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

VIII. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação, além de ser comum que tais empresas possuam ampla rede de oficinas credenciadas capazes de atender às unidades da RFB na 7ª RF.

9.1.1 Logo, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:

- a) Apesar de ser viável tecnicamente, o parcelamento não é viável economicamente e traz prejuízo para o conjunto da solução, pois cria a possibilidade de que a Administração fique sem os serviços em algumas unidades;



b) Entende-se que haverá ganho de escala com a contratação de uma única empresa, pois que o valor estimado do contrato será significativo;

c) Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, antes pelo contrário, o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação exclusiva para cada unidade.

d) Não é prática do mercado o parcelamento do objeto pretendido em itens, em conformidade com o previsto no inciso III do art. 15 da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:

*Art. 15 - As compras, sempre que possível: (interpretação extensiva a serviço)*

*III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.*

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com a contratação pretendida.

## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA SRRF07

11.1. A presente contratação está alinhada aos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da RFB, nos seguintes aspectos:

OBJETIVOS DE PESSOAS E RECURSOS	Otimizar o uso de recursos institucionais
	Fortalecer a logística aplicada às operações de vigilância e repressão e à gestão de mercadorias apreendidas
OBJETIVOS DE PROCESSOS	Ampliar o combate a ilícitos tributários e aduaneiros
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ampliar a conformidade tributária e aduaneira em obediência à legalidade
	Ampliar a segurança e agilidade no comércio exterior



11.2. A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal para o ano de 2021/2021.

11.3. Existe, ainda, expressa disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no Decreto 9.507/2018 e art. 7º da IN Seges/MPDG nº 5/2017

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A demanda prevista é o atendimento integral das necessidades da frota de veículos oficiais da RFB da 7ª Região Fiscal, em termos de gerenciamento e administração para manutenção preventiva e corretiva, pelo período inicial de 20 (vinte) meses de prestação dos serviços, nos quantitativos estimados no item 7 deste Estudo Preliminar:

12.2. Assim, a demanda será atendida em 100% (cem por cento) da necessidade.

12.3. Os resultados esperados, por sua vez, consistem na plena realização do serviço de gerenciamento e administração da frota de veículos, abrangendo automóveis tipo passeio, *pick-ups*, *vans*, furgão e caminhões, de fabricação nacional e importados, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, incluindo o fornecimento e instalação de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar-condicionado, trocas de óleo e filtros, lubrificantes, alinhamento de direção, balanceamento, pneus, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho para veículos leves e pesados, etc., com qualidade e eficiência, de forma a dar suporte à realização das atividades regimentais da SRRF07 e unidades da 7ª RF, como, por exemplo:

12.3.1. Uso mais eficiente dos recursos humanos da RFB, uma vez que o gerenciamento do contrato seria centralizado na Sede e os servidores das Regionais não precisariam fazer os processos licitatórios, pois encontram muitas dificuldades para fazê-lo;

12.3.2. Controle centralizado da frota de veículos da RFB da 7ª Região Fiscal;



- 12.3.3. Economicidade ao possibilitar a escolha do serviço de manutenção em diversas oficinas da região, o que autoriza o servidor a escolher o orçamento mais barato no momento, e não o que aceitou o pagamento por nota de empenho;
- 12.3.4. Atendimento tempestivo das demandas, em especial quando da necessidade de deslocamentos dos veículos pelo território do estado, ou em âmbito regional ou nacional;
- 12.3.5. Sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, inclusive em cidades do interior, possam credenciar-se junto à empresa gerenciadora contratada pela Administração, o que lhes ensinará prestar serviços cujo acesso era antes inviável;
- 12.3.6. Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);
- 12.3.7. Redução do número de processos licitatórios e de processos de dispensa;
- 12.3.8. Possibilidade de prorrogação do contrato por até 60 meses.

### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 13.1. Para o serviço de gerenciamento e administração da frota de veículos, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, não há necessidade de adequação do ambiente do órgão, como deve ocorrer, por exemplo, nos serviços de limpeza e conservação, vigilância, manutenção predial.
- 13.2. Avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização dos serviços continuados de gerenciamento, administração da frota de veículos oficiais.
  - 13.2.1. Haverá necessidade de capacitação de servidores para a utilização do sistema informatizado a ser disponibilizado pela contratada.

### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1. Os possíveis impactos ambientais relevantes na execução do objeto contratado são os relativos principalmente à gestão dos resíduos sólidos e ao descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, para os quais serão previstas obrigações a serem cumpridas pela futura contratada, com relação ao desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização, conforme disposto no subitem 4.3 desse documento.

### 15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

- 15.1. Esta Equipe de Planejamento entende viável, necessária e adequada a presente contratação.
- 15.2. Justificativa da Viabilidade
  - 15.2.1. A viabilidade da presente contratação justifica-se, uma vez que a solução apontada atende plenamente às necessidades da Administração e está perfeitamente adequada ao mercado,



visto que as condições e exigências previstas para o objeto não restringem a participação na licitação.

- 15.2.2. Além disso, a contratação está alinhada aos objetivos contidos no planejamento estratégico da RFB, e está prevista no Plano Anual de Contratações da SRRF07.
- 15.2.3. A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.





## ANEXO II

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL  
(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA  
REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª  
REGIÃO FISCAL – SRRF07, E A EMPRESA .....

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, 3º andar, Castelo, na cidade do Rio de Janeiro/Estado RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.460/0107-08, neste ato representada pela Chefe da Divisão de Programação e Logística – DIPOL, Sra. **Márcia Rita Coluchi Cavalcante**, nomeada pela Portaria SRRF 07 nº 342 de 19/05/2008, publicada no Diário Oficial da União de 23/05/2008, portador da matrícula funcional nº 1569686, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 10707-720.225/2021-15 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de gerenciamento e administração da frota de veículos mediante sistema informatizado via internet, para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos das unidades da RFB da 7ª Região Fiscal, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



## 2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 20 (vinte) meses, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

## 3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170116

Fonte: 0150251030

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Elemento de Despesa: 3390-39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PI: OUTRCUSTEIO



4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DA EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.



11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.3. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.



15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro/RJ \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL  
DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL  
MÁRCIA RITA COLUCHI CAVALCANTE  
Chefe da Divisão de Programação e Logística

\_\_\_\_\_  
-----EMPRESA-----  
-----NOME-----  
Procurador/Sócio/Gerente

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DA FROTA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

Declaro que a Empresa \_\_\_\_\_ tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, ou seja, das informações relativas à frota de veículos da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal – SRRF07 e das unidades administrativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, no Estado do Rio de Janeiro, assumindo total responsabilidade por este fato e não se utilizando desse para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

\_\_\_\_\_ (RJ), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

Assinatura do representante da empresa



ANEXO IV  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL  
(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

\_\_\_\_\_ (nome empresarial),  
CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (endereço completo),  
por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão SRRF07 nº 04/2022, vem  
apresentar a seguinte proposta de preço:

VALORES ESTIMADOS PARA 20 MESES						
ITEM		Valor Estimado Mensal (R\$) (Não pode ser alterado)	Valor Estimado para 20 Meses (R\$) (Não pode ser alterado)	Desconto (%)	Valor do Desconto (R\$)	Valor Total Estimado para 20 Meses com Desconto (R\$)
		A	B = (A x 20)	C	D = (B x C) / 100	E = (B - D)
Serviços continuados de gerenciamento e administração da frota Código do Item no CATSERV do SISG 25518	Peças	9.720,68	194.413,60	_____	_____	_____
	Serviço	7.167,19	143.343,80	_____	_____	_____
Total Estimado para 20 Meses sem a Taxa de Administração - F						_____
Taxa de Administração Estimada				(%)	(R\$) - G	
				_____	_____	
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA 20 MESES (R\$) H = (F + G) <b>* ESTE É O VALOR QUE DEVERÁ SER PREENCHIDO NO SISTEMA COMPRASNET</b>						_____





C = percentual de desconto ofertado sobre o preço da mão de obra e das peças, que pode ser igual, inclusive, zero: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ por cento)

OBS.: Caso a licitante deseje ofertar percentual diferenciado de desconto para mão de obra e peças, basta detalhar C1 para mão de obra e C2 para peças, conforme valores lançados na planilha acima.

D = valor em reais do desconto ofertado sobre o preço da mão de obra e das peças, com sua respectiva taxa a ser aplicada em todas as utilizações do serviço pela Contratante:

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que corresponde a uma taxa de desconto de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ por cento)

OBS.: Caso a licitante deseje ofertar percentual diferenciado de desconto para mão de obra e peças, basta detalhar D1 para mão de obra e D2 para peças, conforme valores lançados na planilha acima.

F = preço final ofertado após a aplicação do desconto: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

TA = taxa de administração ofertada para a execução dos serviços, que pode ser positiva, nula (zero) ou negativa, em percentual: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ por cento).

G = valor em reais da taxa de administração ofertada: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

H = Preço Global da proposta para 20 (vinte) meses em reais:

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

*Este é o preço/lance final incluído no sistema Comprasnet.*

Validade da proposta (mínimo 60 dias): \_\_\_\_\_ dias

Início da prestação do serviço: A execução dos serviços será iniciada 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, pelo período inicial de 20 (vinte) meses.

Nome completo do representante legal: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Número do CPF/MF: \_\_\_\_\_

Telefone/correio eletrônico para contato: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (RJ), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



ANEXO V

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

\_\_\_\_\_  
(nome empresarial ou nome do órgão/entidade pública emitente do atestado), inscrita no CNPJ nº:  
\_\_\_\_\_(nº de inscrição), com sede na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, infra assinado, portador(a) da Carteira de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, ATESTA,  
para os devidos fins, que a \_\_\_\_\_,  
(nome empresarial da favorecida), inscrita no CNPJ nº: \_\_\_\_\_, com  
sede na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(endereço completo), executa(ou) para esta empresa,  
o serviço abaixo especificado:

1. OBJETO: Serviço de gerenciamento e administração de frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos
2. PERÍODO: de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_
3. QUANTIDADE DE VEÍCULOS: \_\_\_\_\_ OU
4. VALOR DO CONTRATO: \_\_\_\_\_

Atestamos, ainda, que tais serviços estão sendo/foram executados satisfatoriamente, não constando, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Telefone/correio eletrônico para eventual contato: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(RJ), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



Observações:

Este Atestado é um modelo meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar seu próprio Atestado, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade, especialmente o OBJETO (de que o serviço prestado é de gerenciamento e administração de frota de veículos, mediante sistema informatizado, via internet, em rede de oficinas e centros automotivos credenciados, para manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos) e a QUANTIDADE DE VEÍCULOS OU O VALOR DO CONTRATO. A ausência, no Atestado, de registro desses dois dados citados implicará não aceitação do atestado e, se for o caso, a inabilitação da licitante.



ANEXO VI

MODELO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA REDE DE OFICINAS CREDENCIADAS

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

\_\_\_\_\_, (nome empresarial da favorecida), inscrita no CNPJ nº: \_\_\_\_\_ (nº de inscrição), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, infra-assinado(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, para os fins de participação no Pregão SRRF07 nº 04/2022, DECLARA que disponibilizará rede de oficinas/centros automotivos credenciados:

a) A partir da data de início de prestação dos serviços (até 15 dias após a assinatura do Contrato, prorrogável por igual período, a critério da Administração) nos municípios relacionados nas Tabelas I do Apêndice I do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

\_\_\_\_\_ (RJ), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10707-720.225/2021-15)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ DECLARA NÃO POSSUIR, registrado no seu CNPJ, nenhum representante legal que seja familiar ou que tenha relação de parentesco com agente público, que importe a prática de nepotismo nos termos do inciso IV, do art. 5º, da Portaria ME 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, observadas as vedações e exceções à configuração do nepotismo previstas nos artigos 3º e 4º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

A empresa declara, ainda, estar ciente da obrigatoriedade de comunicar à SRRF07 por escrito, em caso de alterações de vínculos familiares que possam se enquadrar nos casos previstos na Portaria supracitada, no prazo de até trinta dias, contado da data da ocorrência do fato.

\_\_\_\_\_ (RJ), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa